

Sumário

Número de notícias: 51 | Número de veículos: 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação alcança recorde de R\$ 202,9 bilhões em maio.....5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação no ano até maio bate recorde e chega a R\$ 1,09 tri.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal cresce 10,5% reais em maio com fundos offshore.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal impõe prazo para uso de créditos tributários e impede compensações
.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A posição do Carf sobre a tributação de árbitros - OPINIÃO JURÍDICA.....11

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais de 100 mil contribuintes ainda vão receber restituição.....13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consórcios públicos ajudam cidades a viabilizar serviços.....14

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União amplia vitórias em temas tributários e previdenciários, diz PGFN.....16

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal sobe 10,46% e bate recorde.....17

MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação do país cresce 10,46% e chega a R\$ 202,98 bi em maio.....18

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SEGURIDADE SOCIAL

Necessário ajuste fiscal (Fórum dos leitores).....19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pente-fino de benefícios deve chegar a R\$ 3 bi no ano, afirma Lupi.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

"Não acho que o mercado esteja precificando o fim do mundo".....22

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mais de 87% dos reajustes ficam acima da inflação.....24

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS vai investigar se há fraude em descontos.....	25
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS vai periciar 800 mil benefícios para economizar R\$ 7,2 milhões.....	27
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
Tentativa de fraudar BPC de idoso.....	28
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL	
TCU dá prazo para INSS endurecer sistema contra desconto indevido na aposentadoria (Previdência).....	29
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Pente-fino no INSS: como o governo quer detectar benefícios irregulares para economizar R\$ 3 bi neste ano.....	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO	
RS pode perder até R\$ 10 bi em receita.....	33
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Podemos, sim, falar que o Plano Real deu certo".....	34
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Apostas taxadas com "Imposto do Pecado".....	37
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
O IVA-Dual: IBS E CBS e suas possibilidades materiais de incidência.....	39
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária e saúde: melhor prevenir ou remediar?.....	40
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Quando o patrimonialismo se disfarça de justiça social.....	43
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Taxar super-ricos pode arrecadar até US\$ 688 bi.....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Taxação a super-ricos pode render US\$ 250 bi por ano, diz Zucman.....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Empreiteiras aceitam, com ressalvas, revisão da leniência.....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Protesto contra imposto deixa 5 mortos no Quênia.....	50

Quarta-Feira, 26 de Junho de 2024

A GAZETA - MT - POLÍTICA-MT
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senadores defendem cassinos..... 51

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - GERAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo, MP e TJ criarão comitê para combater sonegação de impostos..... 52

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Banco Central sinaliza fim do ciclo de cortes..... 53

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Cotado para presidir o BC, Galípolo se reúne com Lula..... 55

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Em ata, Copom reforça postura "vigilante" na definição da Selic..... 56

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Galípolo diz que não há sinalização sobre o rumo futuro dos juros..... 57

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Como o BC prevê 2026? - FÁBIO ALVES..... 58

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Haddad fala em "interrupção" de corte da Selic..... 59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Lula dá aval a sistema de meta contínua de inflação..... 60

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Juros não vão recuar tão cedo..... 61

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar tem valorização de 1,16%, a R\$ 5,45..... 63

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Em ata, Copom tenta mostrar união em torno de Selic parada..... 64

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Decreto de meta contínua sai após reunião de Lula com Galípolo..... 66

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Copom defende mais sintonia da política fiscal..... 67

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar vai a R\$ 5,45 com exterior e incerteza local..... 68

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bancos destacam ganhos com uso de IA..... 69

Quarta-Feira, 26 de Junho de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Pior momento da bolsa já passou e podemos ter reversão" 71

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Ata mira inflação e dólar avança 73

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

BC defende atuação "firme" para conter a inflação 74

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo federal aceita abater estoque da dívida com ativos 75

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Haddad elogia a ata do Copom após BC paralisar corte de juros 77

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

O desafio de preservar o FGTS - SECOVI 79

Arrecadação alcança recorde de R\$ 202,9 bilhões em maio

» **FERNANDA STRICKLAND**

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 202,979 bilhões em maio de 2024.

O resultado é o melhor da série histórica, iniciada em 1995, segundo o relatório divulgado ontem pela **Receita Federal**.

Houve aumento real (descontada a **inflação**) de 10,46% na comparação com o mesmo mês de 2023. Em relação a abril, quando o montante foi de R\$ 228,873 bilhões, a arrecadação caiu 11,72%.

Nos cinco primeiros meses de 2024, a arrecadação federal somou R\$ 1,090 trilhão. Segundo a Receita, esse também é o melhor resultado para o período na série histórica.

Segundo o Fisco, houve a melhora no desempenho da arrecadação se deve, principalmente, ao retorno da tributação do PIS/ Cofins sobre combustíveis, à tributação dos fundos exclusivos e à atualização de bens e direitos no exterior, de aproximadamente R\$ 7,2 bilhões. A arrecadação seria maior se não fossem as chuvas no Rio Grande do Sul.

De acordo com o órgão, a calamidade no estado teve um efeito negativo de R\$ 4,4 bilhões na arrecadação.

Segundo o professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Benito Salomão, os dados da arrecadação divulgados ontem são muito positivos. "É um dado muito positivo, que vai ajudar bastante na consolidação das contas públicas em 2024. Mas eu gosto sempre de olhar com ressalva, o dado de um mês esporádico pode ter sido influenciado por algum fator não recorrente, ou por algum fator temporário", explicou. "Quando olhamos para os 12 meses, vemos como que eles vão se comportar, como que a arrecadação do governo está se comportando. Mas a princípio, é a maior da série histórica para o referido mês, e isso é bastante positivo", disse.

No acumulado do ano, a arrecadação com esse item chega a R\$ 52.85 milhões, crescimento real de 25,08%, sendo R\$ 12,1 bilhões decorrentes da tributação dos fundos exclusivos.

Calamidade no RS O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, explicou que alguns fatores não são possíveis de medir. Ao comentar sobre o fim do ciclo de corte da taxa Selic, o banqueiro disse ser possível que o Copom volte a reduzir os juros, mas como um freio de arrumação.

"Não foi uma decisão de encerramento possível, foi uma interrupção para análise dos cenários externo e interno. Esse freio de arrumação, por assim dizer, se mostrou necessário", afirmou.

Meta e mercados A meta de **inflação** de 2024 e dos próximos dois anos é de 3%, com teto limitado em 4,5%, conforme a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN). O colegiado, composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e do BC se reúne hoje para definir a meta de 2027 e confirmar as atuais. Após a decisão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará o decreto oficializando a decisão do CMN. Ontem, Lula recebeu o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, para discutir a nova meta. "Cabe ao poder democraticamente eleito estabelecer qual é a meta de **inflação** para a autoridade monetária, o Banco Central. Ao Banco Central cabe colocar a taxa de juros restritiva o suficiente pelo tempo que for necessário para se atingir a meta que foi estabelecida", comentou Galípolo em videoconferência realizada pela Warren Consultoria.

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, opinou que o Copom foi coerente em sua ata. "Penso que a ata está muito aderente ao **comunicado**, o que é bom, e transmite a ideia de que está havendo interrupção para avaliar o cenário externo e interno para que o Copom fique à vontade para tomar decisões a partir de novos dados", disse Haddad.

mas há estimativas como sobre o diferimento de **tributos** federais em razão dos decretos de calamidade pública dos municípios.

Com isso, a perda de arrecadação em maio chegou a R\$ 4,4 bilhões.

"Parte dos **tributos** em relação àqueles 499 municípios, que foram decretados a situação de emergência, tiveram a prorrogação por dois meses.

Em relação aos contribuintes do Simples [Nacional], a prorrogação foi de um mês só, em relação a esses municípios.

E depois nós temos o efeito da calamidade, ou seja, houve quebra de estrutura da atividade produtiva, você teve ali nitidamente a interrupção da geração de renda.

Então, você teve também a queda da arrecadação por esses fatores", disse Claudemir Malaquias durante coletiva de imprensa para apresentar os resultados da receita.

"Quando a gente está estimando R\$ 4,4 bilhões é em relação à arrecadação do ano anterior.

É claro que a gente não consegue isolar os efeitos, uma vez que há um concurso de fatores que vão interferir no resultado final", acrescentou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6109/25-06-2024.html?all=1>

Arrecadação no ano até maio bate recorde e chega a R\$ 1,09 tri

BERNARDO LIMA bemardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A arrecadação do governo de janeiro a maio chegou a R\$ 1,089 trilhão, uma alta de 8,7% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando somou R\$ 1,01 trilhão, informou ontem a **Receita Federal**. O resultado é o melhor já registrado nos primeiros cinco meses de um ano desde 1995, quando teve início a série histórica.

Em maio houve outro recorde, com arrecadação de R\$ 202,9 bilhões, crescimento de 10,46% frente a abril.

Os resultados recordes acontecem após o governo ter aprovado uma série de medidas arrecadatórias no Congresso em 2023, como a tributação de fundos exclusivos (offshores). Houve ainda a retomada da tributação sobre combustíveis.

Em entrevista coletiva, o coordenador de previsão e análise da Receita, Marcelo Gomide, ressaltou que as fontes de arrecadação que geraram os resultados são variadas, o que, segundo ele, é um bom sinal: - Os resultados positivos estão bastante disseminados, não é um ou outro grupo de contribuintes que tem chamado atenção, e isso acaba sendo um bom sinal, de que temos uma trajetória positiva em relação à economia.

IMPACTO DA TRAGÉDIA NO RS

De acordo com a Receita, o resultado pode ser explicado "pelo comportamento das variáveis macroeconômicas, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação dos fundos exclusivos e pela atualização de bens e direitos no exterior, e pela calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul." O órgão estima que deixaram de ser arrecadados R\$ 4,4 bilhões em maio devido à tragédia no Rio Grande do Sul.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, explicou que essa perda de arrecadação no estado se deu principalmente pela prorrogação na cobrança de **impostos** em municípios afetados pela calamidade: - Houve queda da estrutura da atividade produtiva. Você teve ali nitidamente a interrupção da geração de renda, então teve queda na arrecadação também por

esses fatores. Então quando estimamos RS 4,4 bilhões, é em relação à arrecadação do ano anterior.

Segundo a Receita, a arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) foi de R\$ 23 bilhões, o que representou um crescimento real de 44,82%. O órgão aponta que o desempenho pode ser explicado, principalmente, pelos R\$ 7,2 bilhões arrecadados pela atualização de bens e direitos no exterior.

Além disso, o PIS/Pasep e a Cofins tiveram uma arrecadação de R\$ 40,5 bilhões em maio, com crescimento real de 11,74%. Esse resultado foi puxado pelo aumento real de 4,9% no volume de vendas e de 5,6% no de serviços, conforme dados do IBGE, e pela maior arrecadação com combustíveis.

R\$202 bilhões Foi a arrecadação em maio, também recorde, com alta de 10,46% em relação ao mês anterior

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arrecadação federal cresce 10,5% reais em maio com fundos offshore

Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira De Brasília

A arrecadação federal de **impostos** alcançou R\$ 202,9 bilhões em maio e registrou alta real (descontada a **inflação**) de 10,46% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No acumulado deste ano, a arrecadação atingiu R\$ 1,1 trilhão, com aumento real de 8,72%. Nos números atualizados pelo IPCA, o resultado de maio foi o melhor para o mês em toda a série histórica, com início em 1995. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o resultado também foi recorde.

O recorde no mês de maio foi influenciado principalmente por dois fatores, um positivo e um negativo: de um lado, a União arrecadou R\$ 7,2 bilhões com a atualização dos recursos nos fundos offshore, que ocorreu no último mês. Já o destaque negativo foi uma perda estimada em R\$4,4 bilhões decorrente da calamidade pública no Rio Grande do Sul.

Os dados foram divulgados ontem pela **Receita Federal**. Considerando somente as receitas administradas pela Receita, houve alta real de 10,4% em maio, somando R\$ 196,6 bilhões. No ano, as administradas somaram R\$ 1,034 trilhão, alta real de 8,74%. Já a receita própria de outros órgãos federais (dados de royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 6,3 bilhões no mês passado, alta real de 12,6. No ano, a arrecadação de outros órgãos alcançou R\$ 54,8 bilhões, alta real de 8,41%.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, explicou que a tragédia no Rio Grande do Sul tem reflexos na arrecadação federal em algumas frentes. Ao mesmo tempo em que os contribuintes das cidades afetadas poderão ficar dois meses sem recolher **impostos** federais (maio e junho), há ainda o diferimento do Simples Nacional e o próprio impacto da calamidade na atividade econômica, o que reduz a arrecadação de forma automática.

Assim, segundo ele, parte do que não foi arrecadado com o Estado gaúcho poderá ser recuperada. No entanto, outra parte não será recuperada em razão da perda de receitas da atividade econômica. O coordenador de Previsão e Análise da **Receita Federal**, Marcelo Gomide, explicou que parte

considerável da perda gaúcha é nas receitas previdenciárias, que soma cerca de R\$ 1,4 bilhão.

Do ponto de vista da arrecadação diretamente administrada pela Receita, o Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) foi um dos principais fatores positivos em maio, apresentando arrecadação de R\$ 23 bilhões, com crescimento real de 44,82%.

O disco também cita o desempenho do PIS/Pasep e a Cofins, que totalizaram uma arrecadação de R\$ 40,522 bilhões no último mês, representando crescimento real de 11,74%, explicado, segundo a receita, pelo aumento real das vendas, do volume de serviços e do setor de combustíveis. Na mesma linha está o IRRF-Trabalho, que apresentou uma arrecadação de R\$ 16,8 bilhões, crescimento real de 12,58%, dado o crescimento da massa salarial.

Todos os principais indicadores macroeconômicos desempenharam bem em abril, segundo a Receita, o que explicou também a alta dos **impostos** no mês de maio. "Há um crescimento médio de 8% em termos reais. Isso tudo é explicado pela ativação da atividade econômica, já que, com uma tração maior no consumo, há um desempenho nos **tributos** atrelados às empresas", afirmou Malaquias.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912?page=1§ion=1>

Receita Federal impõe prazo para uso de créditos tributários e impede compensações

Beatriz Olivon e Jéssica Sant"Ana De Brasília

A **Receita Federal** não tem permitido a compensação de créditos tributários oriundos de decisão judicial final (transitada em julgado) com prazo superior a cinco anos, segundo relataram advogados ouvidos pelo Valor. O Fisco estaria se valendo do entendimento, publicado em uma solução de consulta, de que esses valores precisam ser utilizados completamente nesse período, enquanto os tributaristas argumentam que o prazo é para dar início aos abatimentos, e citam jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A questão já foi levada ao judiciário. O escritório WFarías Advogados conseguiu ontem liminar para que uma empresa do setor têxtil possa usar créditos oriundos da "tese do século" - a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins - sem a limitação temporal prevista pela **Receita Federal**, que começou a ser aplicada neste mês. O cliente usaria os créditos para abater **tributos** devidos, mas foi impedido pelo sistema da **Receita Federal**.

Na decisão, ajuíza Marina Gimenez Butkeraitis, da 8ª Vara Federal Cível de São Paulo, afirma que o crédito obtido pela empresa foi habilitado em dezembro de 2018, dentro do quinquênio prescricional. "Dessa forma, uma vez habilitado o crédito em cinco anos do trânsito em julgado, o contribuinte poderá utilizá-lo como a transmissão das DCOMP (declarações de compensação) em período posterior, caso o crédito não seja consumido no período referido", diz.

A adoção desse limite temporal é mais uma polêmica envolvendo o tema. A **Receita Federal**, segundo especialistas, tem mudado as regras de uso dos créditos tributários para arrecadar mais, diante da dificuldade de alcançar a meta de zerar o déficit das contas públicas.

Neste ano, entrou em vigor o limite mensal para abatimento de **tributos** com créditos oriundos de decisão judicial. A equipe econômica também tentou restringir o uso de créditos de PIS/Cofins e acabar com os créditos presumidos, por meio da edição da Medida Provisória (MP) nº 1.227/2024, texto que depois foi devolvido pelo Congresso Nacional.

Na semana passada, além do caso judicializado, outras empresas buscaram tributaristas ao não

conseguirem efetuar compensações tributárias por meio do sistema eletrônico da Receita - com a trava que impede pedidos com base em decisões judiciais com mais de cinco anos.

Existem dois momentos nas compensações. Primeiro o contribuinte pede a habilitação dos créditos e depois começa a compensar. Para a **Receita Federal**, os cinco anos se aplicam ao segundo momento, enquanto, para as empresas, no primeiro.

"A Receita ignora a habilitação, considera os cinco anos do pedido. Mas, às vezes, depois do trânsito [em julgado], a empresa nem sabe qual valor vai compensar", afirma Luca Salvoni, sócio do Cascione Advogados. O entendimento consta na Solução de Consulta nº 239, de 2019.

No STJ, há sinalização positiva para o entendimento dos contribuintes. A 2ª Turma, com base no voto do relator, ministro Herman Benjamin, indicou em decisão de 2014 que o prazo de cinco anos é para pleitear a compensação, e não para realizá-la integralmente (Resp 1480602).

Em 2015, outra decisão da mesma turma (REsp 1469954) afirma que a jurisprudência da 2ª Turma é de que o prazo de cinco anos para compensação de valores reconhecidos por meio de decisões judiciais transitadas em julgado é para pleitear o direito (compensação) e não para realizá-la integralmente.

De acordo com Salvoni, apesar do entendimento da solução de consulta, o sistema da **Receita Federal** nunca tinha travado antes. Um de seus clientes que teve os créditos bloqueados pretende buscar a Justiça, tendo em vista os precedentes favoráveis.

É o mesmo caso de Rubens Fonseca, sócio do WFaria Advogados. Ele conta que o escritório não conseguiu fazer a transmissão dos créditos de PIS/Cofins de três clientes - duas empresas de grande porte e uma de médio porte. Esse bloqueio, relata o tributarista, começou neste mês.

Para Fonseca, o bloqueio imposto pelo Fisco "é uma estratégia para pegar o contribuinte de surpresa e arrecadar mais". Ele classifica a trava como uma "caça às bruxas" dos créditos de PIS/Cofins da tese do século. "Primeiro eles colocaram o limite global, depois

a MP e agora, na canetada, estão impedindo as transmissões", diz. "É uma empreitada perdida [para o Fisco na Justiça], mas até lá o contribuinte é pego de calça curta, porque afeta o seu fluxo de caixa", completa.

Salvoni considera que essa é uma medida do governo para reter caixa porque, ao mesmo tempo em que auxilia a arrecadação da União, ao obrigar as empresas a recolherem os **tributos**, prejudica os negócios, que não previam o desembolso em seu fluxo de caixa. "Parece vir no contexto da MP 1.227, que foi derrubada." Segundo Filipe Richter, sócio do Veirano Advogados, o bloqueio das compensações que têm mais de cinco anos foi "mais um capítulo das restrições impostas a contribuintes que têm direito a créditos referentes a ação judicial". O advogado também destaca que, com a tese do século e valores maiores para os contribuintes receberem, as compensações passaram a demorar mais e, agora, pela primeira vez, ocorreu um "bloqueio sistêmico".

"Isso causa um impacto imediato e direto no caixa das empresas, porque, se não pode compensar, a alternativa é pagar", afirma. Ele acrescenta que outras possibilidades são a judicialização ou a tentativa de compensação por meio de formulário, que "é uma possibilidade mais burocrática". "Vemos [o bloqueio] como uma medida arbitrária, ilegal, somente arrecadatória pelo governo, que perderá essa disputa [na Justiça], mas que causa impacto imediato no caixa das empresas." Em nota ao Valor, a **Receita Federal** diz que, conforme a **legislação tributária**, se não houve o início da execução na via judicial, o prazo é cinco anos contados do trânsito em julgado da decisão judicial. Se houve o início da execução na via judicial, acrescenta, o prazo é de cinco anos contados da homologação, pelo Poder Judiciário, da desistência da execução do título judicial e após o prazo de cinco anos não é mais permitida a transmissão de DCOMP. A fundamentação legal, afirma, o órgão, está no Decreto nº 20.910/1932 (artigo 1º) e na Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021 (artigo 106).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187912>

A posição do Carf sobre a tributação de árbitros - OPINIÃO JURÍDICA

José Andrés Lopes da Costa c advogado e mestre em direito tributário internacional pelo IBDT-SP Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Recente decisão da 2ª Turma da Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** determinou que advogados devem ser tributados como pessoa física ao exercerem a função de árbitro. O entendimento consolida um tema que tem suscitado debates acalorados no meio jurídico nos últimos anos.

Por cinco votos a três, o colegiado concluiu que a atividade de arbitragem não pode ser considerada uma atividade da sociedade de advocacia, mas sim do indivíduo. No entanto, uma análise detalhada da legislação e das práticas profissionais tal como ocorrem na vida real, sugere que essa interpretação pode ser demasiadamente restritiva e prejudicial tanto para os advogados quanto para as empresas ou as próprias câmaras de arbitragem que efetuam o pagamento de honorários arbitrais, em vista da necessidade de retenção de Imposto de Renda na fonte sempre que há pagamento de pessoa jurídica para pessoa física.

O **Carf** baseou-se na Lei nº 9.307/1996, Lei da Arbitragem, argumentando que o serviço de arbitragem é prestado por pessoa física em seu próprio nome, e não pela sociedade de advocacia. Contudo, essa interpretação ignora a evolução das práticas profissionais e as complexidades das atividades jurídicas modernas. A arbitragem, embora seja uma função de caráter personalíssimo, é frequentemente realizada por advogados que integram sociedades c e advocacia e utilizam toda a estrutura dessas sociedades para prestar um serviço de alta qualidade.

A Lei nº 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, em seu artigo 129, permite que prestadores de serviços de caráter personalíssimo sejam tributados como pessoa jurídica. Isso se aplica perfeitamente à função de árbitro desempenhada por advogados, que muitas vezes requer o suporte de uma equipe, infraestrutura administrativa, e recursos tecnológicos disponíveis

apenas em um ambiente corporativo. Portanto, limitar a tributação à pessoa física desconsidera o papel essencial que a sociedade de advocacia desempenha no apoio ao advogado-árbitro.

Outro ponto crítico ignorado pela decisão do **Carf** é o Provimento nº 196/20 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que estabelece que a atuação de advogados como conciliadores, mediadores, árbitros ou pareceristas não desconfigura a atividade advocatícia e que a remuneração pode ser recebida pelas sociedades das quais sejam sócios. Esse provimento é uma clara indicação de que a OAB reconhece a importância da estrutura societária na prestação de serviços de arbitragem e permite que os honorários sejam recebidos tanto pela pessoa física quanto pela jurídica.

A segurança jurídica é um princípio fundamental de nosso sistema. Norberto Bobbio, em sua 'Teoria da Norma Jurídica', destaca que a institucionalização e a produção de regras de conduta andam juntas, sendo essencial para a existência de qualquer sociedade. Ele argumenta que "o processo de institucionalização e a produção de regras de conduta não podem andar separados e que, portanto, onde quer que haja uma sociedade organizada, estaremos seguros de também encontrar um complexo de regras de conduta que deram vida àquela sociedade", ressaltando a função primordial da previsibilidade, hoje tão desprestigiada em nosso país.

Tributar os advogados exclusivamente como pessoa física ao exercerem a função de árbitro não condiz com um ambiente de previsibilidade e estabilidade, permitindo a lavratura de autos de infração contra advogados e câmaras de arbitragem que agiram rigorosamente de acordo com o sistema normativo vigente.

Além disso, segundo as regras de hermenêutica, em caso de conflito entre o artigo 129 da Lei do Bem e a Lei de Arbitragem, deve prevalecer a norma tributária em razão do princípio da especialidade. O princípio da especialidade estabelece que, quando há conflito entre uma norma geral e uma norma específica, a norma específica prevalece. Neste caso, a Lei do Bem é a norma específica que trata da tributação de prestadores de serviços de caráter personalíssimo, enquanto a Lei de Arbitragem é uma norma geral que

regula a arbitragem como um todo. Assim, a tributação deve seguir o disposto no artigo 129 da Lei do Bem, permitindo que advogados que atuam como árbitros possam ser tributados como pessoa jurídica.

Não bastasse, a atuação como árbitro gera impedimento para a sociedade da qual o advogado faz parte, algo que não ocorreria se fosse uma atividade autônoma, totalmente desvinculada do escritório que ele integra. Mesmo que o árbitro prestasse o serviço de forma independente, sem qualquer envolvimento da sociedade, recebendo como pessoa física, o impedimento ainda assim ocorreria.

Em síntese, a decisão do **Carf**, embora baseada em uma interpretação literal da Lei da Arbitragem, carece de uma abordagem mais holística e atualizada da realidade profissional dos advogados, além de ofender a literalidade do texto do artigo 129 da Lei do Bem. A possibilidade de faturamento dos serviços de arbitragem como pessoa jurídica deve ser considerada não apenas uma questão de justiça tributária, mas também de manutenção da segurança jurídica.

Permitir que advogados utilizem suas sociedades de advocacia para faturar esses serviços alinha-se perfeitamente com a legislação vigente, sendo essencial que o **Carf** e outras autoridades revisitem essa interpretação para garantir que a interpretação jurisprudencial pelos órgãos integrantes da administração tributária esteja em sintonia com as práticas profissionais modernas e o princípio da segurança jurídica.

José Andrés Lopes da Costa c advogado e mestre em direito tributário internacional pelo IBDT-SP Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912>

Mais de 100 mil contribuintes ainda vão receber restituição

A consulta ao segundo lote de restituição do Imposto de Renda foi liberada na última sexta-feira, 21. Quatro lotes estão previstos até o mês de setembro e vão beneficiar 117 mil contribuintes em Sergipe; o próximo será pago no dia 28 de junho.

No primeiro lote, foram pagos um total de R\$ 86 milhões para 40 mil contribuintes no estado; a restituição é depositada na conta bancária informada na declaração enviada pelo contribuinte.

Para quem não foi contemplado na primeira leva e não quer esperar pelos próximos lotes, existe a possibilidade de antecipação da restituição do Imposto de Renda junto à instituição financeira indicada no momento da declaração.

"Trata-se de um adiantamento do valor do imposto de renda, que pode ser utilizado para diversas finalidades, como pagamento de contas, investimentos ou qualquer outra necessidade financeira", afirma Ana Paula Vieira, Coordenadora de Ciclo de Crédito da Central Sicredi Nordeste.

Conforme a especialista, a antecipação é indicada principalmente para quem precisa resolver pendências financeiras com certa urgência ou que quer realizar projetos que não podem esperar. Além disso, por meio da antecipação é possível evitar taxas e tarifas de outras modalidades de crédito.

"A antecipação da restituição permite ao contribuinte ter maior controle sobre as finanças pessoais, pois o valor recebido pode ser utilizado de acordo com as necessidades individuais", diz Ana Paula.

A antecipação da restituição do IR é oferecida por diferentes instituições financeiras. No Sicredi, é possível realizar o procedimento com segurança e comodidade.

"Os associados podem solicitar a antecipação do IR na agência física do Sicredi. É necessário ter uma conta corrente ou poupança na instituição, estar com a documentação atualizada e ter colocado o Sicredi como instituição para receber a restituição. Além disso, é importante verificar se o associado tem direito à antecipação do IR e se atende aos requisitos estabelecidos para o serviço", conclui a especialista.

Fora do prazo

Para quem não realizou o envio da declaração do Imposto de Renda 2024 no prazo, é possível enviar o documento mediante o pagamento de multa à **Receita Federal**. Quem não enviar a declaração ficará com o CPF em situação irregular, o que impede o cidadão de abrir contas bancárias, solicitar documentos e realizar empréstimos, dentre outras penalidades

QUATRO LOTES ESTÃO PREVISTOS ATÉ O MÊS DE SETEMBRO E VÃO BENEFICIAR 117 MIL CONTRIBUINTES EM SERGIPE

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6351&edicao=134181#page/1>

Consórcios públicos ajudam cidades a viabilizar serviços

JULIANA GONTIJO

Tem um ditado que diz que a "união faz a força" e ele representa bem o consórcio público. Entre as vantagens, segundo a professora associada da Fundação Dom Cabral (FDC), Renata Vilhena, está o ganho de escala com a contratação de serviços únicos e complexos, que se elaborados de forma isolada poderiam não obter sucesso.

"Em um consórcio é possível reunir forças não somente orçamentárias, mas também políticas e organizacionais para que um problema regional entre na agenda pública e permita a execução de projetos relacionados", observa.

A analista do Sebrae Minas Ariane Vilhe-na ressalta que o consórcio público pode ser a solução para a implantação de serviços em muitos municípios, em especial, os pequenos que, muitas vezes, contam com recursos orçamentários limitados.

E foi justamente a necessidade de economizar e dividir as despesas, levando em consideração o princípio da economicidade, que levou a criação do Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap), conforme o secretário executivo do consórcio, Paulo Cezar Lopes Corrêa. "O consórcio surgiu da ideia de dividir, diminuir o custo para cada município, conforme a necessidade dos consorciados. Dessa forma promovendo o desenvolvimento da região", diz.

O consórcio foi fundado no dia 4 de dezembro de 2006 e, segundo Corrêa, foi o primeiro consórcio público multifinalitário do País. No começo eram cinco municípios, hoje o Codap conta com 28 cidades e tem vários programas, como o de compras coletivas, iluminação pública, captação de recursos, curral regional, Procon Regional, acolhimento institucional para crianças e adolescentes (abrigo regional), serviços de engenharia, além do Centro de Referência da Agricultura Familiar (Craf).

Corrêa conta que o Codap possui o Serviço de Inspeção Municipal Consorciado (SIM Codap), que tem como objetivo legalizar e fiscalizar os produtos de origem animal de empreendedores e agroindústrias familiares dos municípios consorciados. "É o selo que nós conquistamos aqui junto ao Mapa (Ministério da

Agricultura e Pecuária)", diz.

Dessa forma, o Codap certifica que os produtos de origem animal foram elaborados dentro dos requisitos necessários, estabelecidos pelo Mapa, para garantir a segurança alimentar e a qualidade dos produtos que chegam à mesa do consumidor.

Mudança de cenário - O presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba (Cispar), Adílio Alex dos Reis, diz que a situação dos municípios seria diferente sem a formação do consórcio. "Seria muito mais complicado, já que através do consórcio conseguimos valores melhores e agilidade na prestação dos serviços", destaca.

O consórcio existe desde 2013 e assim como o Codap tem vários programas, como gestão de resíduos sólidos, Castramóvel (serviço itinerante e gratuito de castração animal), central de compras compartilhadas, licenciamento ambiental, Serviço de Inspeção Municipal (SIM), SIM Vegetal e apicultura ecológica e sustentável.

Além disso, em maio deste ano, o Sebrae Minas e o Cispar assinaram, em Patos de Minas, no Alto Paranaíba, um acordo de cooperação técnica com o objetivo de fomentar a inovação aberta por meio do processo de compras públicas de inovação. O consórcio é o primeiro do País a estabelecer esse tipo de parceria.

O acordo tem abrangência nacional e é focado em ações conjuntas para o fomento de pequenos negócios de inovação capazes de solucionar problemas do consórcio e das administrações públicas. %

-

Ferramenta para o desenvolvimento econômico

Os consórcios representam uma grande ferramenta para o desenvolvimento dos municípios, segundo o presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba (Cispar), Adílio Alex dos Reis.

Regulamentado pela Lei nº 11.107/2005, o consórcio

público é considerado uma modalidade de pessoa jurídica. Pode ser definido como uma associação formada exclusivamente por entes da federação para estabelecer a relação de cooperação entre si.

A professora da FDC, que também é especialista em administração pública pela Fundação João Pinheiro (FJP), Renata Vilhena explica que o consórcio já é um instrumento muito utilizado, em especial, na área de Saúde, que já conta com projetos sólidos como a expansão de serviços de urgência e emergência (Samu) regionalizados, por exemplo. "Também há experiências na área de saneamento básico, resíduos sólidos, compras públicas, entre outros", diz.

A analista do Sebrae Minas, Ariane Vilhena, conta que há 130 consórcios públicos no Estado mapeados pela **Receita Federal**, com isso 840 municípios estão organizados nessa modalidade de pessoa jurídica, que pode ter uma finalidade específica ou multifinalitário. Do total de consórcios em Minas, a maior parte possui diversas finalidades. (JG) %

-

Iniciativas ajudam gestores para a atuação em conjunto

Ariane Vilhena explica que o Sebrae apoia a criação e o fortalecimento de consórcios públicos multifinalitários que tenham impacto no desenvolvimento econômico regional. "A implantação do Serviços de Inspeção Municipal, o SIM, nos municípios que fazem parte do consórcio público, por exemplo, permite a ampliação de mercado, beneficiando, em especial, os pequenos", observa.

Em abril deste ano, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) lançou a 3ª edição do Projeto de Ampliação de Mercados de Produtos de Origem Animal para Consórcios Públicos de Municípios (ConSIM) que visa aumentar o número de municípios aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (-POA).

A aprovação da equivalência do serviço de inspeção do consórcio por meio do Selo Sisbi permite que os estabelecimentos registrados realizem a venda de seus produtos em âmbito nacional, gerando crescimento econômico e garantindo segurança alimentar na mesa dos consumidores. O Sisbi-POA padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a sua inocuidade (incapazes de causar danos à saúde).

Apoio - Tendo em vista o desenvolvimento econômico e seus impactos para os pequenos negócios, o Sebrae Minas oferece consultoria jurídica especializada

referente aos consórcios públicos que hoje tem como desafio a governança, com necessidade de melhoria na capacitação, bem como o tratamento de interesses de vários municípios. "A formalização já foi desmistificada ao longo do tempo", diz.

Para a professora da FDC, um fator que impede ainda mais a expansão dos consórcios é a dificuldade de articulação política local, com a confrontação de diversos interesses políticos.

"Além disso, os problemas gerais da administração pública municipal se repetem na execução dos consórcios como, a qualificação de **servidores públicos**, a insuficiência dos quadros de pessoal, conflitos de agendas, gestão escassa de recursos, questões fiscais e descontinuidade de gestão com a mudança de prioridades", observa.(JG) %

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-26-06-2024/>

União amplia vitórias em temas tributários e previdenciários, diz PGFN

São Paulo - A União tem ampliado a porcentagem de casos envolvendo em temas tributários e previdenciários em que obtém vitórias na Justiça, de acordo com dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O levantamento considera as principais ações em dois tribunais listadas pela PGFN em seus relatórios anuais.

Incluindo a perda evitada no julgamento sobre a revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) neste ano, desde 2013 decisões favoráveis em julgamentos no Supremo Tribunal Federal (STF) e no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** evitaram perdas de mais de R\$ 5 trilhões para os cofres públicos, de acordo com o órgão federal.

Para efeitos de comparação, se o governo tivesse perdido essas ações, isso representaria um aumento de 75% na dívida pública federal.

Em geral, as estimativas para os riscos de natureza fiscal e previdenciária são calculadas pela **Receita Federal** com base em valores a ressarcir no período de cinco anos para trás e na perda de arrecadação em pelo menos um ano para a frente.

Também é usual que algumas dessas contas sejam contestadas por representantes dos contribuintes, já que números maiores tendem a sensibilizar mais o Judiciário.

Nesse período, os maiores valores foram registrados em 2014, 2017 e 2020, quando foram analisadas grandes ações que tratavam de contribuição previdenciária e Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins).

O relatório mais recente da PGFN mostra que a União venceu a maioria dos julgamentos nos últimos quatro anos, considerando os casos que servem de referência para outras ações no Judiciário - repercussão geral no STF e repetitivos no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No ano passado, o governo obteve vitórias relevantes no caso da eficácia da coisa julgada e nas ações sobre tributação de bancos e seguradoras. No período analisado, as derrotas para o governo foram pontuais

nos dois tribunais.

"Tese do Século" - Uma das maiores perdas foi o julgamento em 2021 da "Tese do Século", que tratou da exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS/Cofins e já custou mais de R\$ 300 bilhões para o governo. No Orçamento de 2023, o governo estimou as perdas com essa ação em R\$ 533 bilhões.

Outros levantamentos também mostram uma tendência de aumento nas vitórias da União nos tribunais superiores na última década em casos tributários. Esse movimento coincide com uma questão econômica. Nesse período, o Brasil voltou a registrar déficit nas contas públicas. Em diversas oportunidades, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou a importância do Judiciário para cumprir as metas fiscais e zerar o déficit público.

Mas há também mudanças na esfera jurídica, como a chegada às cortes superiores de ministros alinhados à questão da análise econômica do direito e a nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (13.655/2018), que estabeleceu o dever de o magistrado levar em consideração as consequências práticas da decisão judicial. (Eduardo Cucolo/Folhapress) %

"O relatório mais recente da PGFN mostra que a União venceu a maioria dos julgamentos nos últimos quatro anos, considerando os casos que servem de referência para outras ações no Judiciário"

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-26-06-2024/>

Arrecadação federal sobe 10,46% e bate recorde

A arrecadação da União, com **impostos** e outras receitas, atingiu recorde no mês de maio, alcançando um volume de R\$ 202,98 bilhões, segundo dados divulgados ontem (25) pela **Receita Federal**.

O resultado representa aumento real de 10,46%, ou seja, descontada a **inflação**, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com maio de 2023.

Trata-se do maior valor registrado para meses de maio desde 1995, início da série histórica. Também é o melhor desempenho arrecadatário para o acumulado de janeiro a maio de 2024. No período, a arrecadação alcançou R\$ 1,09 trilhão, representando um acréscimo pelo IPCA de 8,72%.

Ajuste fiscal

Os resultados recordes acontecem após o governo ter aprovado uma série de medidas arrecadatórias no Congresso em 2023, como a tributação de fundos exclusivos, os "offshores". Também houve mudanças na tributação de incentivos (subvenções) concedidos por estados e retomada na tributação de combustíveis.

Em entrevista coletiva, o coordenador de previsão e análise da **Receita Federal**, Marcelo Gomide, ressaltou que as fontes de arrecadação que geraram os resultados são variadas, o que, segundo ele, é um bom sinal. "Os resultados positivos estão bastante disseminados e isso acaba sendo um bom sinal para gente de que temos uma trajetória positiva em relação à economia", disse o auditor fiscal.

Segundo a Receita, o resultado pode ser explicado "pelo comportamento das variáveis macroeconômicas, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação dos fundos exclusivos e pela atualização de bens e direitos no exterior, e pela calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul".

Enchentes

O órgão ainda estima que a tragédia no Rio Grande do Sul gerou uma perda R\$ 4,4 bilhões na arrecadação no mês de maio. A perda de arrecadação acontece principalmente pela prorrogação na cobrança de **impostos** em municípios afetados pela calamidade.

Impostos

Segundo a Receita, a arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) foi de R\$ 23 bilhões, um crescimento real de 44,82%. Além disso, o PIS/Pasep e a Cofins tiveram uma arrecadação de R\$ 40,5 bilhões em maio, uma alta de 11,74%.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/ykgll/#p=1>

Arrecadação do país cresce 10,46% e chega a R\$ 202,98 bi em maio

A arrecadação do Brasil com **impostos** e outras receitas atingiu recorde histórico para o mês de maio, alcançando R\$ 202,98 bilhões, conforme dados da **Receita Federal** divulgados nesta terça (25). Este valor representa aumento real de 10,46%, considerando a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com maio de 2023.

RECORDE - Este é o maior valor arrecadado para meses de maio desde o início da série histórica, em 1995 e o melhor desempenho arrecadatário para o período acumulado de janeiro a maio de 2024, com a arrecadação atingindo R\$ 1,09 trilhão, um acréscimo real de 8,72%.

PERDAS - Houve perda de arrecadação devido à calamidade no Rio Grande do Sul.

A **Receita Federal** estima que a perda de arrecadação em maio foi de R\$ 4,4 bilhões devido ao diferimento de **tributos** federais e à interrupção da geração de renda nas áreas afetadas.

EXTRA - O mês de maio contou com recolhimento extra de R\$ 820 milhões do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos de Capital.

TRIBUTOS - A tributação de offshores e a atualização de bens e direitos no exterior geraram arrecadação de R\$ 23,02 bilhões em maio, um crescimento real de 44,82%.

PIS/PASEP - O PIS/Pasep e a Cofins arrecadaram R\$ 40,52 bilhões em maio, um crescimento real de 11,74%.

PREVIDÊNCIA - A Receita Previdenciária arrecadou R\$ 263,97 bilhões de janeiro a maio, um aumento real de 5,92%.

Site: <https://www.jornalmeio.com/jornais/20240626>

Necessário ajuste fiscal (Fórum dos leitores)

Não é segredo para ninguém, nem mesmo para os mais ingênuos, que o Brasil precisará, mais cedo ou mais cedo ainda, promover um forte ajuste nas contas públicas.

É notório que o Estado gasta muito mais do que arrecada e que, portanto, não é sustentável manter as coisas do jeito que estão.

Mas as propostas de aperto sempre recaem sobre a população mais vulnerável, seja na revisão de benefícios sociais ou no endurecimento de regras previdenciárias - uma vez que muitos não conseguem manter as contribuições ao **INSS** e, em paralelo, contratar um sistema de **previdência complementar**. Precisamos, sim, rever os gastos com o Judiciário, com o Congresso Nacional e até mesmo no âmbito da aposentadoria dos militares, respeitando, por óbvio, as especificidades da categoria. Mas é inaceitável impor restrições à população, que geralmente paga todas as contas geradas pela incompetência administrativa do Executivo e do Legislativo.

Willian Martins Guararema

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pente-fino de benefícios deve chegar a R\$ 3 bi no ano, afirma Lupi

THAÍS BARCELLOS E ELIANE OLIVEIRA - BRASÍLIA

O Ministério da **Previdência Social** prevê triplicar daqui até o fim do ano a economia já obtida com o pente-fino nos pagamentos de benefícios iniciado em janeiro. Em entrevista ao GLOBO, o ministro Carlos Lupi afirma que a pasta poupou R\$ 750 milhões até o meio de maio. A avaliação é que seria possível obter mais R\$ 2,25 bilhões, levando o total economizado no ano a R\$ 3 bilhões com suspensão de benefícios por fraude ou erro. Especialistas, contudo, veem a estimativa com ceticismo e apontam falta de transparência da pasta.

O pente-fino nos auxílios é uma das iniciativas da Previdência para melhorar a eficiência na concessão e pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais. Neste ano, Lupi prevê economizar de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões com todas as ações previstas.

Para 2025, ano em que o governo está sob pressão para fechar as contas, o ministro prevê que as ações devem colaborar para a economia de até R\$ 30 bilhões calculadas pelo governo com o pente-fino em todos os benefícios, o que inclui outros auxílios pagos pelo governo que vão além do **INSS**. Em um primeiro momento, esse deve ser o foco do Palácio do Planalto para conter o aumento de gastos e alcançar a meta zero nas contas públicas no ano que vem.

Além das ações da Previdência, o ministro afirma que há parte relevante sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social, que está revendo o cadastro do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família. Há intenção de criar força-tarefa, com liderança da Advocacia-Geral da União (AGU), para recuperar dívidas previdenciárias. Segundo o ministro, o estoque é de R\$ 2,3 trilhões.

Na Previdência, o ministro trabalha em três frentes em que, na sua visão, podem trazer economia aos cofres públicos. Na parte de combate a fraudes, o ministério montou força-tarefa com 274 servidores em janeiro para apurar fraudes documentais no pagamento dos 14 auxílios pagos pela pasta, como aposentadoria permanente e temporária, pensão permanente e temporária, auxílio-doença e BPC.

Até 15 de maio, foram suspensos 30,9 mil benefícios

previdenciários, com economia de R\$ 459,3 milhões, e 26,7 mil assistenciais, poupando R\$ 290,4 milhões, totalizando R\$ 750,9 milhões. Com os resultados em mãos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu para aumentar o esforço, dobrando o total de servidores alocados no trabalho. O ministério estima que a economia deve chegar a R\$ 3 bilhões no fim do ano.

- (Essa economia) é combatendo fraudes e erros nossos. Há acúmulos indevidos de benefícios. Há pessoas, por exemplo, com duas pensões, um benefício com o nome de solteiro e outro com nome de casado -disse Lupi.

Desde julho do ano passado, está em curso o uso do Atestmed, sistema on-line que dispensa perícia presencial para solicitar o auxílio-doença, que tem ajudado a reduzir a fila para a concessão do benefício.

Dados do Ministério da Previdência mostram que o custo médio de atraso tem caído com o uso do Atestmed, de R\$ 3.013 em julho de 2023 para R\$ 1.579 em maio último. O custo considera as parcelas retroativas que têm de ser pagas desde o momento que o segurado solicitou o benefício até a concessão de fato. No caso das perícias presenciais, o custo médio de atraso tem se mantido em torno de R\$ 3.518.

No acumulado do ano até maio, a economia com o uso do Atestmed já chega a R\$ 1,1 bilhão e a expectativa é chegar a R\$ 3 bilhões. Em julho de 2023, 30.847 pessoas usaram o sistema on-line, número que pulou para 166.049 em maio deste ano. O atendimento presencial, por sua vez, recuou de 124.394 para 91.312 no mesmo período.

Lupi ainda acredita em uma economia em processos judiciais e precatórios com a redução da fila do **INSS**. No início do governo, 2,4 milhões pessoas esperavam a avaliação e agora são menos de 300 mil.

O número de beneficiários já supera 40 milhões.

A última frente no Ministério da Previdência é a revisão pericial dos benefícios temporários, como auxílio-doença, aposentadoria e pensão, que deve começar no segundo semestre, após cobrança do Tribunal de Contas da União (TCU). A lei determina que esses

benefícios devem passar por revisão periódica a cada dois anos para verificar se a pessoa continua incapacitada.

"APAGÃO ESTATÍSTICO"

O ministro, porém, não quis adiantar previsão de economia com essa revisão. Segundo ele, todo mês, são requeridos de 800 mil a 1 milhão de benefícios novos, dos quais 50% são temporários.

No **INSS**, a estimativa é que a economia em seis meses com a revisão periódica teria o potencial de chegar a R\$ 3,6 bilhões, segundo o presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, baseado na média de benefícios cortados quando ocorrem trabalhos desse tipo. Mas Stefanutto tem cautela com os números, porque depende de análise caso a caso.

Especialistas receberam com ceticismo a estimativa de economia feita por Lupi. Para Fabio Giambiagi, pesquisador da FGV, a Previdência entrou em um "apagão estatístico".

-Há mais de 20 anos que o Ministério da Previdência divulga religiosamente todos os meses o Boletim Estatístico da **Previdência Social** (Beps). Agora, vamos entrar em julho, e o último dado divulgado do Beps é de fevereiro. Em matéria de dever de casa, o ministro foi, até agora, reprovado, porque na sua gestão, pela primeira vez neste século, a Previdência sofreu um apagão estatístico-afirmou Giambiagi.

O professor de Economia da UFRJ João Saboia considera difícil atingir a economia esperada até o fim do ano, se em menos de seis meses foram poupados R\$ 750 milhões: -De qualquer forma, é uma boa iniciativa o esforço do governo para combater fraudes na área do trabalho e na Previdência e Assistência Social.

30,9 mil benefícios previdenciários É o total suspenso de janeiro a maio com o pente-fino para identificar fraude ou erro

26,7 mil benefícios assistenciais É o número dos que foram cortados nesse período. Agora, governo quer agilizar o trabalho

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Não acho que o mercado esteja precificando o fim do mundo"

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Não há exageros na atual precificação do mercado, que embute algumas elevações nos juros nos próximos meses. Na visão da diretora de macroeconomia para Brasil da UBS Global Wealth Management, Solange Srou, os preços dos ativos apenas refletem a percepção de que, caso o governo falhe em anunciar medidas fiscais e frustre as expectativas de resultado primário, colocando a viabilidade do arcabouço em dúvida, o Banco Central (BC) poderá precisar retomar as altas de juros em 2025.

Ao Valor, Srou avalia que, caso as expectativas de inflação continuem em alta e ultrapassem a faixa dos 4%, a estratégia do Copom de manter a Selic parada poderá ser revista. Para ela, a dinâmica das expectativas e a taxa de câmbio devem ser os dois fatores determinantes para saber qual será o próximo movimento do BC.

Valor: Qual sua avaliação geral sobre a ata do Copom?

Solange Srou: A ata tentou ser tão neutra quanto foi o comunicado, sinalizando para o mercado que a barra para subir ou cortar juros é vista como muita alta neste momento. Não houve grandes mensagens diferentes, mas há algumas mudanças em relação às últimas comunicações, como a atualização do hiato do produto; o cálculo do juro real neutro; e a discussão sobre mudar a assimetria do balanço de riscos da inflação.

Valor: Qual foi a mensagem geral do documento?

Srou: O Copom quis passar uma mensagem de união, de que não há mais dissidência, e trazer essa ideia de que os juros devem ficar parados por mais tempo. Quanto tempo ele vai conseguir ficar parado vai depender bastante de duas variáveis: taxa de câmbio e expectativa de inflação, que vão refletir o que vai ocorrer no cenário internacional, com a política monetária americana, mas também vão depender, fundamentalmente, do cenário fiscal doméstico. Se o próximo movimento vai ser de alta ou de queda dos juros, vai depender, nos próximos meses, da avaliação do mercado sobre as ações do governo para a política fiscal.

Valor: Que está no centro das atenções dos agentes de mercado...

Srou: O mercado está esperando dois ajustes. Um deles é o de curto prazo, que é o compromisso ou não com a meta de primário deste ano e sobre o contingenciamento que o governo vai anunciar. Mas também há necessidade de um ajuste de médio prazo. Em relação ao ano que vem, a meta é muito mais desafiadora e vai ficar claro se o teto de 2,5% de crescimento real das despesas pode ficar sub judice. Isso vai afetar muito o comportamento dos ativos. Hoje há um prêmio de alta embutido na curva de juros por receio de que esses ajustes não vão acontecer de modo a trazer essa inflação para baixo.

Valor: Há exageros na precificação do mercado?

Srou Não acho que o mercado esteja precificando o fim do mundo. O BC, no fundo, está nas mãos da política fiscal. Não que ele seja passivo, ainda estamos longe de um cenário de dominância fiscal, mas o fiscal é uma variável muito importante no modelo do BC. Eu não acho que o mercado exagera, mas, sim, que ele reflete um equilíbrio das expectativas dos agentes. Hoje há um noticiário muito incerto sobre o cumprimento das metas e sobre o arcabouço fiscal. Estamos vendo as despesas do INSS, do salário mínimo, do BPC e de auxílio-doença crescendo de forma insustentável. O mercado, na verdade, demorou para precificar essa piora fiscal. Isso porque, quando o arcabouço foi anunciado, o cenário externo era bem mais favorável.

Valor: Acredita que o Copom mostrou coesão na ata?

Srou Eles estão tentando mostrar unidade. É possível notar que nem tudo o que está ali é unânime e que há discussões dentro do colegiado. Não vejo um comitê tão alinhado assim, mas é natural diante da maior diversidade que veio com a autonomia do BC. Acredito que o Copom quis, neste momento, que essas divergências não apareçam de forma tão grande e que possam levar a opiniões muito opostas dentro do comitê. Por exemplo, um membro votando por alta de juros e outro por corte. O mercado está entendendo que o BC quer passar uma serenidade maior, e tem buscado convergir no que importa.

Valor: O BC está fazendo o que é necessário para gerar a convergência das expectativas de inflação?

Srour: Ainda há tempo para avaliar o que vai ser anunciado [na política fiscal], que está pressionando e fazendo as expectativas subirem. As expectativas estão subindo, em passos lentos, e ainda não estão acima do topo da meta. Caso chegue um momento em que as expectativas mais longas ultrapassem os 4%, acredito que o BC deveria se incomodar muito. Uma expectativa 1 ponto percentual acima da meta deveria desencadear uma comunicação mais dura.

Valor: A composição futura do BC traz preocupações?

Srour: Enquanto não tivermos os nomes, sempre vai haver ruídos, e eles atrapalham. Não porque existe desconfiança quanto aos nomes, mas justamente porque eles podem não se concretizar. Seria muito útil adiantar os nomes não só do próximo presidente, mas também dos diretores. Mesmo depois de eles serem anunciados, no entanto, a verdade é que a condução da política monetária daqui até o fim do ano e até o fim do ano que vem será o grande teste. Não podemos descartar que as expectativas de inflação ultrapassem os 4% neste ano e precisamos ver como o BC vai reagir aos dados.

Valor: O nível de 4% das expectativas parece chave no seu cenário...

Srour: Ficar 1 ponto percentual acima da meta é uma desancoragem significativa. Passar do topo da meta seria uma total perda de ancoragem. É necessário ficar atento a isso. O BC tem repetido que sua missão não só é levar a inflação para a meta, como também ancorar as expectativas, colocando um peso importante nelas. Não é só por uma questão de modelagem. Se todo mundo pensa que a inflação vai ser mais alta, ela acaba sendo mais alta por meio da incorporação de preços e salários.

Valor: É possível que o BC precise voltar a subir juros?

Srour: Em se realizando um cenário em que o governo terá dificuldade de ajuste para o arcabouço em 2025, o BC terá que subir juros no ano que vem. Isso dependerá do Fed também. Mas estou colocando um peso maior no fiscal do que no cenário externo, levando em conta esse cenário para o Fed de um ou dois cortes que já está precificado pelo mercado.

Valor: Quão importante foi o apontamento de que o hiato do produto está fechado?

Srour: Acho que é muito relevante. Se a economia estiver acima do potencial, você tem um viés de inflação mais alta. É o que estamos vendo hoje. Isso

vem muito por conta de estímulos fiscais. O próprio BC indicou que o consumo, em grande parte, foi sustentado pelas transferências e pelo pagamento de precatórios. O fiscal atrapalha a convergência da inflação. A projeção de crescimento de 2% e 2,5% neste ano, que o mercado tem como consenso, parece bastante factível, a despeito do Rio Grande do Sul.

"Se movimento vai ser alta ou queda de juros, vai depender da avaliação do mercado sobre as ações do governo para a política fiscal"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912>

Mais de 87% dos reajustes ficam acima da inflação

BRASÍLIA

APPS INSS e carteira de trabalho

Mais de 87% dos reajustes salariais negociados em maio, até o dia 4 de junho (87,3%), ficaram acima do índice de Preços ao Consumidor (INPC), informou ontem o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Outros 10,4% registraram resultados iguais à **inflação** e apenas 23% ficaram abaixo do índice. O INPC, medido pelo IBGE e usado nas negociações salariais, ficou em 0,46% em maio.

Os resultados de maio, embora preliminares, apontam para a volta aos patamares registrados no primeiro trimestre de 2024, quando ao menos 85% dos reajustes alcançaram ganhos reais.

A variação salarial real média foi de 1,86%, a maior desde julho de 2023. Os resultados de maio, embora preliminares, apontam para a volta aos patamares registrados no primeiro trimestre de 2024, quando ao menos 85% dos reajustes alcançaram ganhos reais. A variação salarial real média foi de 1,86%, a maior desde julho de 2023.

No ano, 85,2% dos reajustes analisados resultaram em ganhos reais aos salários, sempre na comparação com o INPC. Outros 11,6% tiveram percentual igual ao do índice de preços, enquanto apenas 3,2% registraram percentual abaixo da **inflação**.

De acordo com estudo do Dieese, 86,4% dos reajustes da indústria e serviços registram ganhos acima da **inflação** em 2024. Já o comércio apresentou percentual menor, de 75,3%.

Em relação aos pisos salariais analisados nos quatro primeiros meses do ano, o maior valor médio foi de R\$ 1.639,83. Na comparação por setores, o maior valor médio é o do Comércio (RS 1.696,57), seguido pela indústria, com o menor (RS 1.579,50). No setor Rural, o reajuste médio do piso foi de (RS 1.636,02) e o de Serviços (RS 1.661,32).

No recorte geográfico, a Região Sul teve os maiores pisos salariais médios (RS 1.752,84), enquanto a Região Nordeste registrou os menores pisos (RS 1.549,83).

INSS vai investigar se há fraude em descontos

Gustavo Andrade

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vai investigar possíveis irregularidades em descontos de empréstimos consignados na folha de pagamento de aposentados e pensionistas do instituto, além dos descontos indevidos de associações.

O objetivo é atender exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), após decisão do último dia 5. O TCU vem cobrando do governo a realização de revisões periódicas, como determina a lei, bem como contribuir para a agenda de redução de gastos obrigatórios.

Segundo o **INSS**, "estão em curso processos de apuração de irregularidades nos descontos consignados na folha de pagamento de aposentados e pensionistas do instituto, além de mensalidades associativas".

Sobre o questionamento do TCU relativo ao "bloqueio automático para averbação de novos descontos, sejam de empréstimo consignado, sejam de mensalidade associativa, para todos os segurados do **INSS**, independente da data de concessão do benefício", o instituto também assegurou que já havia implementado o bloqueio de todos os benefícios para adesão de taxas associativas.

Estudo do Dataprev detalha que para os benefícios que são concedidos com bloqueio de descontos, apenas aproximadamente 30% conseguem ser desbloqueados automaticamente. Os outros 70% os segurados procuram as agências ou a Central 135 para que sejam desbloqueados por servidores.

Ou seja, isso acarretará um aumento deste tipo de demanda nas agências do **INSS** e nas análises de requerimento de benefícios.

No documento do TCU houve a determinação ao **INSS** e à Dataprev, que no prazo de 90 dias, "sejam efetivamente implementadas ferramentas tecnológicas que permitam a assinatura eletrônica avançada e a biometria com relação aos termos de filiação e de autorização, referentes a todos os descontos de mensalidade vigente até a publicação da IN PRES/**INSS** 162/2024".

Neste caso, o **INSS** esclareceu que já havia solicitado

à Dataprev a adoção desta plataforma biométrica e que deverá ser entregue dentro do prazo.

PERÍCIA do **INSS** vai focar sobretudo no pagamento de auxílio-doença de longa duração, além do BPC: corte de gasto

"Pente-fino" em 16 mil benefícios

O **INSS** vai realizar um "pente-fino" em 800 mil benefícios, entre Benefício por Incapacidade Temporária, o antigo auxílio-doença, e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) até dezembro deste ano. No Estado vão ser cerca de 16 mil, segundo Renata Prado, coordenadora-adjunta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário no Estado (IBDP-ES).

Um dos focos do **INSS** é realizar perícias no pagamento do auxílio-doença de longa duração, aquele que é prorrogado por mais de uma vez e pode durar vários meses ou até anos.

O mesmo ocorre com o BPC, pago a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência e que preocupa o governo pela sua forte trajetória de expansão. O cadastro deste benefício deveria ser revisado a cada dois anos, conforme determina a lei. Essa análise periódica, porém, não tem sido realizada na frequência devida.

A coordenadora do IBDP-ES, Maria Regina Couto Uliana, acredita que o **INSS** terá grande dificuldade na avaliação desses segurados, tendo em vista o pouco número de servidores e de peritos.

"O efetivo atual já é insuficiente para atender às demandas que chegam, se pensarmos em um novo 'pente-fino' a questão fica ainda mais difícil de gerir".

OS NÚMEROS

800 mil

no País vão ser convocados

R\$ 1.412

é o valor do BPC

PERÍCIA do **INSS** vai focar sobretudo no pagamento

de auxílio-doença de longa duração, além do BPC: corte de gasto

SAIBA MAIS

Investigação de possíveis fraudes

O **INSS** vai reavaliar descontos de empréstimos consignados, visando apurar possíveis irregularidades nos valores descontados na folha de pagamento de aposentados e pensionistas do instituto, além das mensalidades a associações, após a divulgação da chamada "farra dos descontos".

ESTA REVISÃO visa reforçar a segurança e a transparência nas operações desses descontos. Em resposta aos descontos indevidos no consignado do **INSS**, o órgão afirmou ter implementado quase todas as recomendações do TCU.

O **INSS** informou que junto com a Dataprev. está colaborando para implementar essas tecnologias de segurança. Com a assinatura biométrica, apenas o titular poderá autorizar descontos, prevenindo fraudes e descontos não autorizados.

"FARRA DOS DESCONTOS"

ASSOCIAÇÕES sem fins lucrativos são acusadas de aplicar descontos

indevidos em aposentados faturando mais de R\$ 2 bilhões desde janeiro de 2023. No Estado, cerca de 100 mil tem descontos indevidos.

Pente-fino

O PRESIDENTE do **INSS**. Alessandro Stefanutto, disse que serão feitas até 800 mil perícias no BPC e Benefício por Incapacidade Temporária.

O **INSS** informou que o programa ocorrerá em agosto, portanto, está em fase de estruturação.

UM DOS FOCOS do **INSS** é realizar perícias no pagamento do auxílio-doença de longa duração, aquele que é prorrogado por mais de uma vez e pode durar vários meses ou até anos.

Fonte: **INSS** e pesquisa AT.

TRIBUNAL de Contas da União

INSS vai periciar 800 mil benefícios para economizar R\$ 7,2 milhões

ATÉ FINAL DO ANO O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deve realizar 800 mil perícias presenciais até o final do ano no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Benefício por Incapacidade Temporária (o antigo auxílio-doença). O objetivo é economizar R\$ 600 mil por mês, um total de R\$ 7,2 bilhões em um ano. A estimativa considera que cerca de metade dos benefícios estejam sendo pagos equivocadamente.

O auxílio-doença é voltado às pessoas que comprovam não serem capazes de trabalhar temporariamente, por mais de 15 dias seguidos, o BPC ajuda portadores de deficiência e idosos que comprovem não possuir meios de se manter.

Segundo a CNN Brasil, o órgão avalia que a perícia massiva será possível graças à implantação do Atestmed, que concede auxílios de curto prazo por análise documental. Sem estas obrigações, acredita-se que haverá fôlego para que os servidores trabalhem na revisão dos outros benefícios.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Tentativa de fraudar BPC de idoso

Mais um golpe descoberto.

Agora contra pessoas elegíveis ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa idosa, benefício da assistência social, administrado pelo **INSS**. A denúncia foi de um servidor do Serviço Social, no Rio. E como funciona? Idosos recebem SMS ou mensagem de WhatsApp dizendo que têm direito ao benefício.

Porém, eles não deram entrada no pedido no **INSS**.

Com dia, hora e local marcados por meio da mensagem, o falsário apresenta um boleto de cobrança pelo "serviço" prestado.

Neste caso, o intermediário deu entrada no BPC do idoso e se cadastrou como seu procurador. Como esse tipo de benefício é concedido de forma administrativa, não há necessidade de perícia médica, basta que a pessoa esteja inscrita no CadÚnico federal, tenha 65 anos de idade e comprove baixa renda.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12488/26-06-2024.html>

TCU dá prazo para INSS endurecer sistema contra desconto indevido na aposentadoria (Previdência)

O TCU (Tribunal de Contas da União) deu prazo de 90 dias para o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) adotar ações que possam coibir fraudes nos descontos feitos nos benefícios de aposentados e pensionistas por sindicatos, associações e demais instituições.

Em julgamento em 5 de junho os ministros exigiram alterações na forma como o órgão permite a autorização de cobrança de mensalidades e parcelas de empréstimos consignados .

As medidas já haviam sido estabelecidas em normativa do instituto de maio deste ano após aumento de reclamações e denúncias.

Pela decisão, o **INSS** e a Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social**) devem implementar o uso de biometria ou assinatura eletrônica nos sistemas da Previdência, o que já está previsto.

Além disso, o instituto adotou o bloqueio automático do benefício contra descontos logo após a concessão da renda previdenciária. Para tomar empréstimo ou se associar a sindicato, por exemplo, o segurado deverá fazer o desbloqueio.

Para o TCU, no entanto, essa regra também precisa ser endurecida. Em vez de fazer o desbloqueio do benefício para qualquer tipo de desconto, o segurado deverá realizar essa operação por entidade, ou seja, cada vez que quiser tomar um empréstimo ou se sindicalizar a uma nova associação.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A medida visa aumentar a proteção contra fraudes e se aplicará à contratação de empréstimo na folha de pagamento dos benefícios, à filiação de beneficiários a associações de classe e aos descontos relativos a mensalidades de associação sindical.

O processo teve início após aumento acentuado nas

reclamações por cobrança indevida de descontos referentes a mensalidades associativas , segundo dados do **INSS** analisados pela equipe técnica do tribunal.

Na denúncia levada ao TCU, dados apontavam associações que não tinham associados em dezembro de 2021 e que, em dezembro de 2023, contavam com mais de 340 mil membros. Em outro caso, a associação aumentou o número de participantes de três para 600 mil em dois anos.

O relator do acórdão, ministro Aroldo Cedraz, apontou em seu voto a necessidade de revisão dos ACTs (Acordos de Cooperação Técnica) firmados entre o **INSS** e as associações. Os chamados ACTs preveem penalidades para as associações quando verificadas irregularidades. Uma das possibilidades de punição é a rescisão unilateral do acordo.

Cedraz afirmou que a revisão seria ainda mais essencial em casos "mais escabrosos", citando algumas associações, inclusive o Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), que já adota medidas contra fraudes.

Procurada pela Folha , a assessoria do sindicato diz acreditar que se trata de erro, pois a entidade teve um dos menores percentuais de reclamações de associados no portal Reclame Aqui relativos aos descontos indevidos, segundo o próprio TCU .

A entidade afirma ser incorreto seu uso como exemplo de associação com problemas nos descontos. "O Sindinapi utiliza sistema de associação com identificação facial, a exemplo do que determina o TCU, há muito tempo", afirmou.

Segundo nota enviada à reportagem, a entidade também contratou auditoria externa para averiguar seu quadro associativo.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O **INSS** afirmou que as determinações do tribunal se baseiam integralmente na instrução normativa publicada pelo instituto em março, tendo somente estabelecido prazo mais curto para a mudança dos protocolos de filiação e cobrança de mensalidade das associações.

Em relação aos sistemas de biometria, assinatura eletrônica avançada e de bloqueio prévio para novos descontos, o **INSS** afirmou que se trata de competência do Dataprev.

Procurada, a Dataprev afirma que está desenvolvendo as funcionalidades de biometria e assinatura eletrônica avançada, que deverão ser disponibilizadas no sistema do **INSS** em setembro deste ano.

Os segurados do **INSS** tem o direito de tomar empréstimo consignado, com desconto direto no benefício, além de se associarem a sindicatos e associações de classe, também tendo a mensalidade descontada da aposentadoria ou pensão.

Para que esse desconto ocorra, é preciso que o aposentado ou pensionista autorize a cobrança, seja de empréstimo ou de mensalidade. Essa autorização tem regras, que foram endurecidas pelo **INSS** neste ano.

No entanto, sindicatos e associações têm sido apontados como fraudulentos, realizando descontos sem que tenham sido autorizados.

O beneficiário que não reconhecer o desconto da mensalidade associativa em seu benefício pode requerer o serviço "excluir mensalidade associativa" pelo aplicativo ou site Meu **INSS** ou pela Central 135:

É possível ainda bloquear o benefício para desconto de mensalidade associativa. Esse serviço também está disponível no Meu **INSS**. Siga os passos abaixo:

Atualmente, 29 entidades têm ACT com o **INSS**:

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/tcu-da-prazo-para-inss-endurecer-sistema-contra-desconto-indevido-na-aposentadoria.shtml>

Pente-fino no INSS: como o governo quer detectar benefícios irregulares para economizar R\$ 3 bi neste ano

O Ministério da **Previdência Social** prevê triplicar daqui até o fim do ano a economia já obtida com o pente-fino nos pagamentos de benefícios iniciado em janeiro. Em entrevista ao GLOBO, o ministro Carlos Lupi afirma que a pasta poupou R\$ 750 milhões até o meio de maio. A avaliação é que seria possível obter mais R\$ 2,25 bilhões, levando o total economizado no ano a R\$ 3 bilhões com suspensão de benefícios por fraude ou erro. Especialistas, contudo, veem a estimativa com ceticismo e apontam falta de transparência da pasta.

O pente-fino nos auxílios é uma das iniciativas da Previdência para melhorar a eficiência na concessão e pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais. Neste ano, Lupi prevê economizar de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões com todas as ações previstas.

Para 2025, ano em que o governo está sob pressão para fechar as contas, o ministro prevê que as ações devem colaborar para a economia de até R\$ 30 bilhões calculadas pelo governo com o pente-fino em todos os benefícios, o que inclui outros auxílios pagos pelo governo que vão além do **INSS**.

Em um primeiro momento, esse deve ser o foco do Palácio do Planalto para conter o aumento de gastos e alcançar a meta zero nas contas públicas no ano que vem.

Além das ações da Previdência, o ministro afirma que há parte relevante sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social, que está revendo o cadastro do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família. Há intenção de criar força-tarefa, com liderança da Advocacia-Geral da União (AGU), para recuperar dívidas previdenciárias. Segundo o ministro, o estoque é de R\$ 2,3 trilhões.

Na Previdência, o ministro trabalha em três frentes em que, na sua visão, podem trazer economia aos cofres públicos. Na parte de combate a fraudes, o ministério montou força-tarefa com 274 servidores em janeiro para apurar fraudes documentais no pagamento dos 14 auxílios pagos pela pasta, como aposentadoria permanente e temporária, pensão permanente e

temporária, auxílio-doença e BPC.

Até 15 de maio, foram suspensos 30,9 mil benefícios previdenciários, com economia de R\$ 459,3 milhões, e 26,7 mil assistenciais, poupando R\$ 290,4 milhões, totalizando R\$ 750,9 milhões. Com os resultados em mãos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu para aumentar o esforço, dobrando o total de servidores alocados no trabalho. O ministério estima que a economia deve chegar a R\$ 3 bilhões no fim do ano.

- (Essa economia) é combatendo fraudes e erros nossos. Há acúmulos indevidos de benefícios. Há pessoas, por exemplo, com duas pensões, um benefício com o nome de solteiro e outro com nome de casado - disse Lupi.

Desde julho do ano passado, está em curso o uso do Atestmed, sistema on-line que dispensa perícia presencial para solicitar o auxílio-doença, que tem ajudado a reduzir a fila para a concessão do benefício.

Dados do Ministério da Previdência mostram que o custo médio de atraso tem caído com o uso do Atestmed, de R\$ 3.013 em julho de 2023 para R\$ 1.579 em maio último. O custo considera as parcelas retroativas que têm de ser pagas desde o momento que o segurado solicitou o benefício até a concessão de fato. No caso das perícias presenciais, o custo médio de atraso tem se mantido em torno de R\$ 3.518.

No acumulado do ano até maio, a economia com o uso do Atestmed já chega a R\$ 1,1 bilhão e a expectativa é chegar a R\$ 3 bilhões. Em julho de 2023, 30.847 pessoas usaram o sistema on-line, número que pulou para 166.049 em maio deste ano. O atendimento presencial, por sua vez, recuou de 124.394 para 91.312 no mesmo período.

Lupi ainda acredita em uma economia em processos judiciais e precatórios com a redução da fila do **INSS**. No início do governo, 2,4 milhões pessoas esperavam a avaliação e agora são menos de 300 mil. O número de beneficiários já supera 40 milhões.

A última frente no Ministério da Previdência é a revisão pericial dos benefícios temporários, como auxílio-doença, aposentadoria e pensão, que deve começar no segundo semestre, após cobrança do Tribunal de Contas da União (TCU). A lei determina que esses benefícios devem passar por revisão periódica a cada dois anos para verificar se a pessoa continua incapacitada.

'Apagão estatístico'

O ministro, porém, não quis adiantar previsão de economia com essa revisão. Segundo ele, todo mês, são requeridos de 800 mil a 1 milhão de benefícios novos, dos quais 50% são temporários.

No **INSS**, a estimativa é que a economia em seis meses com a revisão periódica teria o potencial de chegar a R\$ 3,6 bilhões, segundo o presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, baseado na média de benefícios cortados quando ocorrem trabalhos desse tipo. Mas Stefanutto tem cautela com os números, porque depende de análise caso a caso.

Especialistas receberam com ceticismo a estimativa de economia feita por Lupi. Para Fabio Giambiagi, pesquisador da FGV, a Previdência entrou em um "apagão estatístico".

- Há mais de 20 anos que o Ministério da Previdência divulga religiosamente todos os meses o Boletim Estatístico da **Previdência Social** (Beps). Agora, vamos entrar em julho, e o último dado divulgado do Beps é de fevereiro. Em matéria de dever de casa, o ministro foi, até agora, reprovado, porque na sua gestão, pela primeira vez neste século, a Previdência sofreu um apagão estatístico- afirmou Giambiagi.

O professor de Economia da UFRJ João Saboia considera difícil atingir economia de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões até o fim do ano, se em menos de seis meses foram poupados R\$ 750 milhões:

- De qualquer forma, é uma boa iniciativa o esforço do governo para combater fraudes na área do trabalho e na Previdência e Assistência Social.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/06/26/pente-fino-no-inss-como-o-governo-quer-detectar-beneficios-irregulares-para-economizar-r-3-bi-neste-ano.ghtml>

RS pode perder até R\$ 10 bi em receita

» **HENRIQUE FREGONASSE***

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), estimou que as enchentes no estado deverão acarretar em perdas de até R\$10 bilhões de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) até o fim do ano. A declaração foi feita na tarde desta terça-feira (25/6), após reunião do governador com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o secretário extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta.

"Olhando de 1º de maio até o início dessa segunda quinzena de junho, a gente tem uma perda de R\$1,6 bilhão na arrecadação do estado em relação à projeção.

Isso também tem a contraparte dos municípios, Fundeb etc. Então, junto com o estado, perdem os municípios, perde a educação, perdem todos os serviços públicos que são prestados por esses recursos, e a gente projeta para até o final do ano, mais de 5 bilhões, talvez até 10 bilhões de perda de arrecadação", lamentou.

Leite pediu que a União se encarregue de recompor essas perdas de forma integral, além de requisitar que o dinheiro economizado com a suspensão do pagamento das dívidas do estado com a União possa ser usado para cobrir gastos estaduais de manutenção da máquina pública, para além de investimentos.

Para o governador, a falta de uma maior ajuda federal poderá prejudicar a população e os **servidores públicos** estaduais, já que, apesar do próprio RS vir suportando a perda de arrecadação, os recursos são finitos.

O secretário extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, alegou que a União analisará a execução do orçamento do estado nos próximos meses para averiguar os dados. Ele prometeu, em caso de confirmação das perdas de arrecadação, "construir medidas compensatórias", assim como foi feito com os repasses os fundos de participação dos estados e dos municípios (FPE e FPM).

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6109/25-06-2024.html?all=1>

"Podemos, sim, falar que o Plano Real deu certo"

ROSANA HESSEL

O Plano Real, que completará 30 anos em 1º de julho, tem o mérito de fazer com que os jovens da geração Z não tenham a mínima ideia do que é viver com uma hiperinflação. O economista e escritor Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, que começou a ser criado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), onde ele era professor, recorda, nesta entrevista, como o real foi instituído.

Ao olhar para trás, Bacha, que também participou do fracassado Plano Cruzado no controle da **inflação**, avalia que o Plano Real foi bem-sucedido em seu propósito. "O Plano Real foi bem-sucedido no propósito básico dele", afirma o imortal, dono da cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras (ABL).

O economista, contudo, reconhece que ainda não dá para ser otimista em relação ao Brasil, pois falta mais equidade tributária e uma maior abertura da economia. Bacha, que cunhou o termo Belíndia para definir o Brasil como uma junção da Bélgica, um país pequeno e rico, com a Índia, um país grande e pobre, afirma que "a Belíndia ainda está aí".

Junto com Gustavo Franco e Pedro Malan, Bacha lança, neste mês, o livro "30 anos do Real: crônicas no calor do momento".

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O QUE O LEVOU A FAZER O LIVRO "30 ANOS DE PLANO REAL" E QUAL SERÁ O FUTURO, COMO PROPÕE O ÚLTIMO CAPÍTULO?

Na verdade, o livro é um balanço do Plano Real. É um balanço peculiar, porque, como diz o subtítulo, são crônicas no calor do momento. Nós não estamos refletindo a partir de agora sobre o que ocorreu no passado, exceto no último capítulo. Mas mostrando como foram as nossas reações a cada cinco anos, em relação à evolução dos problemas que a economia brasileira enfrentou desde a introdução do real.

COMO FOI O PROCESSO DE MUDANÇA DE MOEDA, DEPOIS DE VÁRIOS PLANOS FRACASSADOS? A ORIGEM SE DEU COM O PLANO LARIDA, CRIADO PELOS ECONOMISTAS PÉRSIO ARIDA E ANDRÉ LARA RESENDE, SEUS

ALU-NOSNAPUC-RIO...

Na ditadura, teve dois planos fracassa-dos. A discussão na PUC, no início dos anos 1980, era, justamente, em função do fracasso da ditadura em conseguir combater a **inflação**. O que ela conseguiu foi provocar uma grande recessão entre 1981 e 1983. Mas a **inflação** continuou a subir na transição da ditadura. Na democracia, estava saindo de 200% ao ano e me recordo que, quando a gente fez o Plano Cruzado, a **inflação** estava em 15% ao mês e perto de 500% ao ano. Então, estávamos buscando alternativas a essa metodologia da ditadura, que era basicamente aplicar o torniquete monetário, que estrangulava a capacidade das firmas de produzirem, e aplicar o arrocho salarial, que reduzia a demanda dos trabalhadores. Foi nesse processo que se gestou, dentro da PUC, um conjunto de ideias, de alternativas. Uma das propostas, identificada com Francisco Lopes, era o choque heterodoxo, que foi aplicado com sucesso anteriormente em Israel. O plano era, fundamentalmente, um congelamento de preços e salários temporário para parar o processo da inércia inflacionária e, em seguida, depois de três meses, um pacto social em Israel para sair do congelamento sem explosão de preços. Lá, foi feito de maneira muito inteligente. Aqui a gente fez de uma maneira muito burra.

ISSO FOI NO PLANO CRUZADO?

Sim. Em vez de tomar o congelamento só como um mecanismo de parada súbita, mas não um mecanismo de estabilização, o congelamento virou a estabilização. E aí, quando tirou o congelamento da frente, a **inflação** mudou. E aí teve Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor 1, Plano Collor2, e nada deu certo. Então, entrou o Marcílio Marques Moreira (ex-ministro da Fazenda de Collor), que era o ministro "do nada de plano", como ele dizia. Isso foi muito bom, porque a inércia voltou sem aquelas subidas e descidas provocadas pelos planos de congelamento. Quando entramos (após o impeachment de Collor), com o Plano Real, os preços estavam razoavelmente alinhados ao longo de um processo de reajuste. Cada preço tinha sua regra. Salários a cada quatro meses, aluguéis a cada seis, ônibus a cada mês, e diferentes índices. Fizemos a unificação com a URV, sem reajustes. Os preços estavam alinhados. Nós só convertemos tudo pela média. E a média estava boa,

entre aspas. Pudemos fixar, tanto a URV quanto o real, subsequentemente, e pudemos ancorar ele ao dólar, porque tinha reserva internacional para isso.

PODEMOS DIZER QUE O PLANO REAL DEU CERTO?

Nesses 30 anos, o IPCA acumula alta de 708%, menos da metade da inflação em 1993... Podemos, sim, falar que o Plano Real deu certo. A inflação anual era de quase 3.000%, e, agora, está perto da meta, de 3%. Nem se compara.

QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS ACERTOS DO PLANO REAL?

O acerto foi que acabou com a inflação. Era a isso que ele se propunha. O Plano Real foi bem-sucedido no propósito básico dele. Durante quatro anos ele segurou a inflação na base da âncora cambial. E em 1999 foi introduzido o tripé econômico que está aí, em pé até hoje. E esse tripé só fraquejou durante algum tempo quando a (ex-presidente) Dilma Rousseff e seus assessores inventaram a Nova Matriz Macroeconômica que, basicamente, era uma licença para gastar, ocultando o resultado com pedaladas e controlando a inflação com o congelamento de preços de energia e petróleo. Acho que eles aprenderam essa lição: não dá pra brincar com a inflação.

E O LULA, QUANDO DEPUTADO, VOTOU CONTRA O PLANO REAL... SERÁ QUE ELE E O PT APRENDERAM ISSO?

O grande teste vai ser quem é que eles vão pôr na presidência do Banco Central, quando o Roberto Campos Neto sair. A independência do Banco Central, que estava dentro da agenda de reformas pós-Plano Real, só ocorreu em 2021.

O SENHOR ACHA QUE ELA ESTÁ AMEAÇADA?

Não está ameaçada porque o Lula não vai mexer na lei. Se ele tentar mexer na lei, o Congresso não aprova. Nos Estados Unidos, eles dizem que são pombos e falcões. O que ele pode tentar fazer é nomear pombos e só fazer uma diretoria de pombos, mais ou menos como tinha no governo Dilma. Mas vai ter que passar pelo Congresso, no Senado. Não vai ser fácil se Lula não indicar um economista de renome ou respeitado pelo mercado. E, se passar no Congresso, o mercado vai reagir imediatamente. O dólar vai lá para as alturas e taxa de juros futura também.

JÁ ESTÃO SUBINDO. O MERCADO VEM ANTECIPANDO ESSE TEMOR E, NO ANO, O REAL JÁ DESVALORIZOU QUASE 11%...

Há essa percepção do enfraquecimento do Fernando Haddad. O Haddad, hoje, funciona como uma certa âncora de estabilidade, junto com o Roberto Campos Neto, obviamente. E, se além de trocar o Campos Neto, o Lula quiser trocar o Haddad, sai de baixo. O terceiro mandato do Lula está cada vez mais parecido com o segundo da Dilma.

QUAIS OS RISCOS DISSO?

O problema é o seguinte, pelo menos no começo do primeiro mandato da Dilma, havia uma composição política com o Congresso que era majoritária. E ainda estávamos no auge das commodities. O governo tinha muita grana. Agora, ele não tem essa grana e está muito difícil de produzir superávit primário. E, certamente, o Lula não tem maioria no Congresso. A situação, seja econômica, seja política, é muito diferente do que a que Dilma enfrentou e pode fazer todas aquelas loucuras. Lula não tem espaço, nem econômico e nem político para isso.

MESMO ASSIM, O FISCAL AINDA VAI SER O GRANDE DESAFIO DAQUI PARA FRENTE, PARA QUE O TRIPÉ FIQUE EM PÉ?

Claro, o tripé não se sustenta em dois pés, o banquinho fica de três pés para ficar em pé. Se não tiver o fiscal, ele cai. Vamos aguardar.

VOLTANDO AO LIVRO, VIQUEA DEDICATÓRIA É PARA O FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

Sim, com um aspecto sentimental aí. Com uma certa tristeza de não poder estar comemorando muito com a gente. Ele, certamente, era um maestro. Além disso, ele conseguia controlar o Itamar Franco.

NO LIVRO, VOCÊS REFORÇAM BASTANTE O FATO DE QUE O PRINCIPAL MOTIVO DO SUCESSO DO REAL FOI A CONSCIÊNCIA DA POPULAÇÃO, SOBRE OMAL QUE A INFLAÇÃO FAZ PARA a economia...

Isso é uma coisa que a gente sempre falou. A inflação é o pior dos impostos, porque atinge as pessoas mais pobres, que não têm como se proteger. Ele tinha que ir ao supermercado no dia que recebia, porque os preços subiam diariamente. Era um horror para os trabalhadores de uma maneira geral. E foi por isso que quando veio essa sensação de estabilidade, imediatamente a popularidade do Fernando Henrique nas pesquisas presidenciais disparou e ele venceu no primeiro turno.

O SENHOR TEM CRITICADO O FATO DE OS POBRES SEREM MUITO MAIS TAXADOS DO QUE

OS RICOS. COMO O SENHOR AVALIA A **REFORMA TRIBUTÁRIA** QUE ESTÁ SENDO REGULAMENTADA?

Essa **reforma tributária** que vai sair do Congresso vai ser boa. Ela vai ser um alívio para os mais pobres, porque vai ter cashback. Mas isso se a gente conseguir fazer uma cesta básica pequenininha, tirar o filé mignon e o foie gras. Eu fico pasmo, porque os ricos podem ir para os Estados Unidos duas vezes por ano, três vezes por ano, gasta o que quiser lá. E ainda pode gastar mais US\$ 1 mil no free shop.

E TEM A POLÊMICA DA TAXA DAS BLUSINHAS...

Na hora que o pobre encontra um canalzinho chinês para importar blusinha e tênis a US\$ 50, o mundo vem abaixo. O conjunto das associações empresariais diz que estão destruindo empregos, estão destruindo as empresas brasileiras. É concorrência desleal. Agora foi uma coisa interessante. Eles queriam 60% e estão levando 20%. Mas eu falo que, se eu fosse senador, colocava uma emenda para taxar em 20% sobre o freeshop também. Só para fazer o rico pagar igual ao pobre.

O SENHOR USOU O TERMO BELÍNDIA PARA EXPLICAR O BRASIL PASSADO. HOJE, DÁ PARA ATUALIZAR ESSA CLASSIFICAÇÃO?

A Belíndia está aí. E, junto com a Belíndia, tem o que o Delfim chamou de Ingana: os **impostos** da Inglaterra com serviços públicos de Gana. Vem também o que o Mário Henrique Simonsen chamou de Bangladânia: a pobreza de Bangladesh junto com o fechamento da Albânia. E agora, vem o que eu chamei de Rumala, que é a corrupção da Rússia e a criminalidade da Guatemala. Mas teve uma outra expressão que eu inventei no governo Bolsonaro, que se chama Brasa: um país em chamas, que está destruindo a Amazônia e liquidando com os povos originários. Enfim, males não nos faltam.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Apostas taxadas com "Imposto do Pecado"

BRASÍLIA

A equipe econômica do governo Lula (PT) pode incluir a taxação de jogos de azar no imposto seletivo, conhecido popularmente como "Imposto do Pecado", taxa que já foi aprovada no âmbito da reforma tributária e que aguarda a regulamentação do texto.

O "Imposto do Pecado" incide sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, com a premissa de desestimular o consumo desses produtos.

"É uma demanda de alguns deputados e nós estamos avaliando se faz sentido ou não. De novo, é a

mesma questão que vem no caso do cigarro. Você tem que tributar sim, faz mal para a saúde, todo mundo sabe. Mas se você errar na mão, você estimula muito contrabando (jogo irregular)", disse o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy.

Até o momento, o texto que detalha os produtos que terão incidência do imposto do pecado inclui na lista os cigarros, bebidas alcoólicas, açucaradas, carros e petróleo.

No caso dos jogos de azar, os impactos são perceptíveis tanto na saúde mental quanto financeira do indivíduo. Desde 1980, a OMS (Organização Mundial da Saúde) reconhece o vício em jogos como uma patologia. Em 2016, estima-se que os apostadores em todo o mundo perderam US\$ 400 bilhões (R\$ 2,18 trilhões) em apostas.

No último dia 19, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 14 votos a 12, o projeto de lei que legaliza os jogos de azar no Brasil. O texto segue, agora, para análise no plenário da Casa. Não há previsão de quando isso acontecerá. O texto do relator permite a instalação de cassinos em polos turísticos e legaliza o jogo do bicho.

Se o conjunto de senadores não promover alterações à proposta e aprová-la, o projeto seguirá para a sanção de Lula, que já avisou que irá sancionar a legalização.

Pela proposta, somente maiores de 18 anos poderão jogar. Haverá proibição, por exemplo, para jogadores que se declararem ludopatas (pessoas diagnosticadas com compulsão por jogos de azar) ou forem interditados judicialmente.

Segundo o relator, senador Irajá (PSD-TO), os jogos de azar já fazem parte da realidade no Brasil e a sua regulamentação poderá angariar mais dinheiro para os cofres públicos e a possibilidade de investimentos privados com a construção de cassinos.

APOSTA EM JOGO DE CARTAS: projeto que legaliza as apostas vai ao plenário do Senado e, depois, à sanção

Declaração de renda para "bets"

Os sites de apostas vão ter de passar a exigir, a partir do ano que vem, declaração de renda de apostadores, terão trava para evitar que eles fiquem horas demais jogando, e também terão de se hospedar num novo domínio da internet determinado pelo governo, o bet.br

As medidas visam a evitar que o apostador comprometa uma parte excessiva da sua renda com os jogos e coibir fraudes. A princípio, os sites pedirão uma autodeclaração de renda, sem necessidade de comprovação, antes de o apostador iniciar o jogo.

Dessa forma, poderão saber quanto representa o valor das apostas na renda pessoal dos jogadores. O governo não descarta tomar o controle mais rígido.

Os sites ainda terão um alerta para o tempo máximo de jogo. As bets precisarão ainda pedir aos usuários uma autenticação de identidade por meio de reconhecimento facial quando o jogador entrar na plataforma, uma forma de evitar uso de "laranjas" para lavagem de dinheiro, segundo o Ministério da Fazenda.

Outra medida para inibir o mercado ilegal será obrigatoriedade de as bets serem hospedadas em um novo domínio da internet, o bet.br. A criação do endereço para o setor tem objetivo de facilitar a identificação, na tentativa de controlar fraudes.

A exigência faz parte das regras de regulação do setor, prevista em lei sancionada no fim do ano passado. O pedido de autorização das empresas que desejam operar no mercado brasileiro já pode ser feito.

A autorização definitiva será emitida no dia 31 de dezembro, e o site poderá entrar no ar no dia seguinte, com o novo domínio. Os sites que estiverem fora do bet.br, automaticamente, serão identificados como

irregulares.

O IVA-Dual: IBS E CBS e suas possibilidades materiais de incidência

No dia 25 de abril, o Poder Executivo Federal encaminhou o Projeto de Lei Complementar, que regulamenta a **Reforma Tributária** promovida pela Emenda Constitucional nº 132, promulgada pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 2023.

O Projeto de Lei recebeu da Mesa Diretora da Câmara o número 068/2024, inaugurando oficialmente o debate legislativo, conforme previsto pela própria Emenda, em seu artigo 18, que atribui a prerrogativa da iniciativa de projeto de lei de regulamentação da **Reforma Tributária** ao Poder Executivo, dito isso, o que circulou pela Câmara, até então, não passou de mera especulação.

O Capítulo II do PLP nº 68/2024 dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e na Seção I trata do fato gerador (hipóteses de incidência, tecnicamente falando).

O artigo 4º estatui que o IBS e a CBS incidam sobre operações onerosas com bens ou com serviços e operações não onerosas com bens ou com serviços previstos expressamente na Lei Complementar. O seu § 1º apresenta um rol exemplificativo, ou seja, não taxativo, de situações que se enquadram nas operações onerosas com bem ou com serviços, quais sejam: i) alienação, incluindo-se compra e venda, troca ou permuta e dação em pagamento; ii) locação; iii) licenciamento, concessão, cessão; iv) empréstimo; v) doação onerosa; vi) instituição onerosa de direitos reais; vii) arrendamento, inclusive mercantil; e viii) prestação de serviço.

Dentre as hipóteses de incidência, desse artigo 4º, destacamos as previstas nos incisos vi e vii, posto constituem fatos geradores, respectivamente do Imposto sobre transmissão causa mortis e Doação de quaisquer bens e direitos (ITCMD ou ICD) e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). O primeiro de competência estadual e o segundo municipal. O ITBI, além da transmissão de bens imóveis, tributa a instituição onerosa de direitos reais sobre imóveis. Portanto, teremos um incremento do ônus tributário nessas operações. Além disso, merece destaque a tributação das locações pelo IBS e pela CBS.

Chamamos atenção para o § 2º desse mesmo artigo,

pois qualquer operação que não seja classificada como operação com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, deverá ser considerada como operação com serviço. É a denominada conceituação tributária residual de prestação de serviços para superar as discussões doutrinárias e judiciais, com relação ao conceito de prestação de serviço previsto no direito civil, que está calcado nas obrigações de fazer. Uma hipótese de incidência tributária que não tivesse como núcleo de uma obrigação (prestação), uma obrigação de fazer, não poderia, segundo a doutrina e a jurisprudência majoritárias, ser tributada pelo Imposto sobre Prestações de Serviços (ISS), que dará lugar ao IBS.

O conceito residual de prestação de serviço já vem sendo utilizado pelos países que têm o IVA como seu principal tributo sobre o consumo, como é o caso dos países da União Europeia (Diretiva IVA n. 2006/112/CE, artigo 24º, que entende por prestação de serviços qualquer operação que não constitua uma entrega de bens), assim como dos países membros da OCDE. Nesses países, o conceito tributário de prestação de serviços convive em harmonia com o conceito de direito privado, em que serviço é o objeto de uma obrigação de fazer. O IBS e a CBS têm assim o objetivo comum de harmonizar e integrar a economia brasileira à tributação sobre o consumo praticado no cenário internacional.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/ykgll/#p=1>

Reforma Tributária e saúde: melhor prevenir ou remediar?

Correio Braziliense

Pedro Maranhão, presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema)

Não há a menor dúvida sobre a importância da **Reforma Tributária** para reduzir os custos que pesam sobre a economia brasileira. No entanto, apesar das boas intenções de equalizar o caótico sistema de tributação no país, alguns setores essenciais para a população acabam sendo penalizados de maneira injusta e incoerente. Por que, por exemplo, aumentar pesadamente os **tributos** que incidirão sobre serviços que protegem a saúde pública e o meio ambiente enquanto serviços médicos e farmacêuticos recebem tratamento tributário mais justo? Evitar uma doença não é tão ou mais importante do que tratá-la?

A Emenda Constitucional nº 132/2023 (**Reforma Tributária**), aprovada no fim de 2023, ficou silente sobre as desonerações do setor de saneamento básico, que inclui um amplo conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais para a limpeza urbana, manejo e tratamento de resíduos sólidos, além do tratamento de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão das águas pluviais das nossas cidades. A carga tributária do setor de resíduos, por exemplo, que hoje varia entre 8,65% e 14,25%, passaria a ser definida pela alíquota padrão, podendo superar os 27%. O processo de regulamentação da emenda constitucional em curso no parlamento é, portanto, oportunidade única para que o setor de resíduos sólidos e de saneamento básico seja reconhecido como essencial para a saúde pública.

O texto da regulamentação encaminhado pelo governo por meio do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 reconhece o regime tributário específico para o setor de saúde, porém focado em atividades de clínicas, hospitais e farmácias. Isso subverte os valores da promoção da saúde pública a partir do correto manejo dos resíduos sólidos, que passaria a ser visto como um serviço qualquer, em nada diferente de serviços de salões de beleza, lavanderias ou entretenimento.

Todos sabemos que, sem saneamento adequado, não há política de saúde efetiva. O setor de resíduos sólidos é fundamental para a saúde pública. E, quando falamos em resíduos sólidos, o Brasil ainda apresenta

alguns cenários medievais, pois, segundo estimativas da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), o país tem cerca de 3 mil lixões, que afetam a saúde de milhões de pessoas e continuam recebendo quase 40% de todo o lixo produzido no Brasil. Além disso, cerca de 9% da população não conta sequer com a coleta de resíduos.

Moradores dos arredores dos lixões e catadores são os mais afetados por doenças, mas não são os únicos, pois os danos provocados pelos depósitos ilegais e pela falta de coleta de resíduos podem alastrar-se por muitos quilômetros. Entre as doenças que podem ser disseminadas pela gestão inadequada de resíduos, estão velhas conhecidas, como dengue, malária, zika, diarreias, leptospirose e várias infecções respiratórias e de pele.

Em termos puramente ambientais, o chorume formado pela decomposição da matéria orgânica em depósitos de lixo a céu aberto contamina o solo e as águas subterrâneas, além de rios e lagos das proximidades, envenenando poços e fontes usadas rotineiramente por incontáveis pessoas e animais. A atmosfera, por sua vez, sofre os impactos da emissão descontrolada de metano, um gás até 28 vezes mais poluente do que o gás carbônico e um dos mais prejudiciais para o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Estudo divulgado pela International Solid Waste Association (ISWA) atestou que o tratamento de doenças relacionadas ao descarte inadequado do lixo custa cerca de US\$ 370 milhões por ano ao sistema de saúde pública do Brasil. O levantamento levou em consideração o impacto dos milhares de lixões existentes no país e constatou que mais de 1% da população desenvolve doenças diretamente relacionadas ao descarte irregular de resíduos. Em números atuais, isso representaria mais de 2 milhões de pessoas com a saúde prejudicada.

Desde 2010, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), todo um arcabouço legal foi construído para acabar com esse panorama sombrio e todos os lixões do país deveriam ser erradicados até agosto próximo. Como explicar, então, que a política fiscal vá na contramão dessas políticas públicas? Lamentavelmente, vemos, neste momento, o Estado contrapondo-se ao próprio Estado! Podemos nos perguntar como será o desenvolvimento do setor de

resíduos, que já agoniza, quando a carga tributária for duas vezes maior.

A Emenda Constitucional nº 132/2023, que deu origem à nossa esperada **Reforma Tributária**, já citava, em seus princípios, a saúde e o meio ambiente como prioritários para concessão de incentivos e elaboração de políticas tributárias. O processo de regulamentação da emenda constitucional é uma oportunidade única de colocar a teoria em prática, evitando, assim, riscos inimagináveis para o futuro da nossa nação.

Não há a menor dúvida sobre a importância da **Reforma Tributária** para reduzir os custos que pesam sobre a economia brasileira. No entanto, apesar das boas intenções de equalizar o caótico sistema de tributação no país, alguns setores essenciais para a população acabam sendo penalizados de maneira injusta e incoerente. Por que, por exemplo, aumentar pesadamente os **tributos** que incidirão sobre serviços que protegem a saúde pública e o meio ambiente enquanto serviços médicos e farmacêuticos recebem tratamento tributário mais justo? Evitar uma doença não é tão ou mais importante do que tratá-la?

A Emenda Constitucional nº 132/2023 (**Reforma Tributária**), aprovada no fim de 2023, ficou silente sobre as desonerações do setor de saneamento básico, que inclui um amplo conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais para a limpeza urbana, manejo e tratamento de resíduos sólidos, além do tratamento de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão das águas pluviais das nossas cidades. A carga tributária do setor de resíduos, por exemplo, que hoje varia entre 8,65% e 14,25%, passaria a ser definida pela alíquota padrão, podendo superar os 27%. O processo de regulamentação da emenda constitucional em curso no parlamento é, portanto, oportunidade única para que o setor de resíduos sólidos e de saneamento básico seja reconhecido como essencial para a saúde pública.

O texto da regulamentação encaminhado pelo governo por meio do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 reconhece o regime tributário específico para o setor de saúde, porém focado em atividades de clínicas, hospitais e farmácias. Isso subverte os valores da promoção da saúde pública a partir do correto manejo dos resíduos sólidos, que passaria a ser visto como um serviço qualquer, em nada diferente de serviços de salões de beleza, lavanderias ou entretenimento.

Todos sabemos que, sem saneamento adequado, não há política de saúde efetiva. O setor de resíduos sólidos é fundamental para a saúde pública. E, quando falamos em resíduos sólidos, o Brasil ainda apresenta alguns cenários medievais, pois, segundo estimativas

da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), o país tem cerca de 3 mil lixões, que afetam a saúde de milhões de pessoas e continuam recebendo quase 40% de todo o lixo produzido no Brasil. Além disso, cerca de 9% da população não conta sequer com a coleta de resíduos.

Moradores dos arredores dos lixões e catadores são os mais afetados por doenças, mas não são os únicos, pois os danos provocados pelos depósitos ilegais e pela falta de coleta de resíduos podem alastrar-se por muitos quilômetros. Entre as doenças que podem ser disseminadas pela gestão inadequada de resíduos, estão velhas conhecidas, como dengue, malária, zika, diarreias, leptospirose e várias infecções respiratórias e de pele.

Em termos puramente ambientais, o chorume formado pela decomposição da matéria orgânica em depósitos de lixo a céu aberto contamina o solo e as águas subterrâneas, além de rios e lagos das proximidades, envenenando poços e fontes usadas rotineiramente por incontáveis pessoas e animais. A atmosfera, por sua vez, sofre os impactos da emissão descontrolada de metano, um gás até 28 vezes mais poluente do que o gás carbônico e um dos mais prejudiciais para o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Estudo divulgado pela International Solid Waste Association (ISWA) atestou que o tratamento de doenças relacionadas ao descarte inadequado do lixo custa cerca de US\$ 370 milhões por ano ao sistema de saúde pública do Brasil. O levantamento levou em consideração o impacto dos milhares de lixões existentes no país e constatou que mais de 1% da população desenvolve doenças diretamente relacionadas ao descarte irregular de resíduos. Em números atuais, isso representaria mais de 2 milhões de pessoas com a saúde prejudicada.

Desde 2010, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), todo um arcabouço legal foi construído para acabar com esse panorama sombrio e todos os lixões do país deveriam ser erradicados até agosto próximo. Como explicar, então, que a política fiscal vá na contramão dessas políticas públicas? Lamentavelmente, vemos, neste momento, o Estado contrapondo-se ao próprio Estado! Podemos nos perguntar como será o desenvolvimento do setor de resíduos, que já agoniza, quando a carga tributária for duas vezes maior.

A Emenda Constitucional nº 132/2023, que deu origem à nossa esperada **Reforma Tributária**, já citava, em seus princípios, a saúde e o meio ambiente como prioritários para concessão de incentivos e elaboração de políticas tributárias. O processo de regulamentação da emenda constitucional é uma oportunidade única

de colocar a teoria em prática, evitando, assim, riscos
inimagináveis para o futuro da nossa nação.

Site:

<http://www.correiobrasiliense.com.br/opinio/2024/06/6885130-reforma-tributaria-e-saude-melhor-prevenir-ou-remediar.html>

Quando o patrimonialismo se disfarça de justiça social

O projeto de lei complementar para a regulamentação da **Reforma Tributária** está em discussão na Câmara. O objetivo é definir a lista de itens com isenção total ou parcial dos **tributos** (CBS e IBS), uma vez que a emenda constitucional promulgada apresenta apenas grupos gerais que poderão contar com esses benefícios.

Pela proposta, a alíquota zero é prevista para 15 produtos da cesta básica e outros tantos itens, por exemplo, na área de saúde e cuidados básicos, e transporte público coletivo, enquanto 13 categorias são contempladas com o desconto de 60% na alíquota padrão, incluindo, por exemplo, serviços de saúde e educação e atividades culturais diversas.

Grupos organizados pressionam para a ampliação da lista. O argumento é que os mais pobres precisam ser protegidos, ou por ser tratar de itens com maior peso no orçamento familiar, ou porque preços elevados afastariam esse mercado consumidor. Se o Congresso ceder, o tiro poderá sair pela culatra.

O argumento de que a menor taxação implicará preços mais baixos é frágil. Primeiro, porque ela poderá se transformar, em maior medida, em aumento da margem de lucro. O repasse pleno do benefício aos preços ao consumidor depende de condições específicas, possivelmente pouco observadas: a elevada concorrência e flexibilidade na oferta do bem ou serviço, e este não ser um item de consumo essencial, pouco sensível a variações de preços.

Segundo, porque, dada a necessidade de preservar a carga tributária atual, será necessário compensar a grande perda de arrecadação com o aumento da alíquota padrão, prejudicando mais os mais pobres, cuja cesta de consumo tem mais itens taxados pela alíquota cheia. Essa é a conclusão da pesquisa de Rozane Siqueira, José Ricardo Nogueira e Carlos Luna sobre o impacto da regulação proposta.

Os autores apontam o incremento de 4,3pp (ponto percentual) sobre a alíquota padrão decorrente da isenção total e de 3,8pp decorrente do desconto de 60%. É muita coisa. Enquanto isso, os 20% mais pobres estarão mais expostos à alíquota padrão (63% do seu consumo) do que os 20% mais ricos (61,6%).

No caso da alíquota zero, os itens contemplados têm

maior peso na cesta dos mais pobres, mas gera-se grande renúncia tributária, pois os ricos também são beneficiados. No grupo com isenção parcial, há ainda o agravante de se beneficiar mais proporcionalmente os mais ricos.

A elevada alíquota padrão acaba tendo efeito ainda mais perverso devido ao elevado peso dos **tributos** sobre o consumo na carga total - o peso de 60% é ainda maior do que em países emergentes, por conta dos elevados gastos; no caso da União, opta-se pelo aumento do PIS/Cofins, que não são repartidos com os demais entes, e estes, por sua vez, dependem bastante de **impostos** sobre o consumo (ICMS e ISS).

A busca por uma carga tributária mais progressiva (quem pode pagar mais) é meritória, mas a tributação sobre o consumo não é o instrumento recomendado para isso - o Imposto de Renda cumpre melhor esse papel, havendo muitas injustiças a serem corrigidas -, e a estratégia escolhida poderá se mostrar contraproducente.

Isso não invalida, porém, os benefícios que a implementação do IVA poderá trazer aos pobres. Os ganhos propiciados pela simplicidade (reduz custos de transação e judicialização) e pela neutralidade (quando o tributo não distorce as decisões de onde, o que e como produzir), dois princípios fundamentais de um bom sistema tributário, contribuem para destravar o potencial de crescimento do país. E o crescimento é condição básica para se promover a igualdade.

A isonomia da tributação entre os setores também tem impacto distributivo benigno. Atualmente, os serviços são subtributados, sendo mais consumidos pelos mais ricos, como saúde, educação, segurança, turismo e lazer. Aqui, porém, a reforma poderia ter sido mais justa.

Ao final, as muitas concessões fazem com que o efeito redistributivo da reforma seja quase desprezível, segundo os autores. Isso mesmo com o cashback (devolução de **tributos** para os pobres registrados no Cadastro Único, que precisa ser aperfeiçoado).

Considerando ainda as complexidades e distorções adicionadas ao projeto inicial, a relação custo-benefício da busca por progressividade não é adequada.

Agora é torcer para que a regulamentação da reforma não piore aquilo que já nos distanciou da experiência mundial bem-sucedida.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/zeinalatif/coluna/2024/06/quando-o-patrimonialismo-se-disfarca-de-justica-social.ghtml>

Taxar super-ricos pode arrecadar até US\$ 688 bi

VIVIAN OSWALD Especial para O GLOBO
economta@oglobo.com.br BRASÍLIA

A depender do grau de ambição e do alinhamento político das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia (UE) e a União Africana, a criação de um imposto mínimo sobre a riqueza dos super-ricos poderia gerar receitas extraordinárias de até US\$ 688 bilhões às nações (cerca de R\$ 3,7 trilhões) anualmente. O montante, algo entre o Produto Interno Bruto (**PIB**) da Argentina e o da Polônia, poderia ser usado para enfrentar questões globais para as quais já não se encontra espaço em orçamentos públicos cada vez mais enxutos.

Os números são parte de relatório encomendado pela presidência brasileira do G20 ao economista francês Gabriel Zucman, diretor do Observatório Fiscal Europeu, e serão ponto de partida das negociações no âmbito do grupo para tratar do tema, que conta com a simpatia evidente de Brasil, França, Bélgica, África do Sul, Colômbia e União Africana, mas não dos Estados Unidos.

Em princípio, este é o potencial da arrecadação, que vai variar segundo o universo de pessoas a serem tributadas, o percentual do imposto a ser criado, o número de nações a aplicá-lo e as ferramentas que terão para identificar, fiscalizar e cobrar os contribuintes. O cálculo de US\$ 688 bilhões inclui a tributação em 3% de indivíduos com patrimônio superior a US\$ 100 milhões e bilionários (acima de US\$ 1 bilhão). A projeção considera exercícios com alíquotas de 1% a 3%. Tudo precisa ser negociado se a ideia for criar um padrão comum de tributação, como sugere Zucman. Quanto mais países aderirem, diz, mais eficiente será a cobrança.

Mas Zucman defende que, num primeiro momento, o foco esteja nos bilionários, menos numerosos, portanto, em tese, mais facilmente identificáveis. Se as contas estiverem corretas, são 3 mil espalhados pelo mundo. Concentrar-se neles pode garantir, de cara, receitas anuais extras de quase US\$ 250 bilhões, se considerada a aplicação de taxa de 2% anuais sobre o seu patrimônio.

Esse valor considera o que se chama de cobrança "perfeita". Ou seja, que esses mesmos contribuintes, que hoje se desvencilham dos **tributos** que incidem

sobre a renda dos trabalhadores da classe média, não terão como esconder-se deste tributo também.

Discípulo do economista Thomas Piketty, Zucman afirma que essa seria uma forma de distribuir de maneira mais justa os ganhos proporcionados pela globalização. Do fim da década de 1980 até este ano, diz, esses contribuintes terão pago em média 0,3% de Imposto de Renda por ano. Na Holanda, o valor chegaria a zero. Na França, um dos países entusiastas da criação do tributo, 0,8%; nos EUA, 8%. Nesse mesmo período, a riqueza dessas pessoas teve um ganho de 7,5% ao ano, já descontados os efeitos da **inflação**. A média do aumento da renda de adultos comuns no mundo não passou de 1,3%. Isso explica como esta fatia de 0,0001% da população mundial conseguiu aumentar a sua fatia de riqueza no **PIB** global de 3% para 14% em quase 40 anos.

Para o economista, ainda levará alguns anos até que se encontre um consenso entre os países. Em entrevista ao GLOBO em abril, Zucman afirmou que tributar bilionários e grandes multinacionais é tarefa moral, econômica e política: -O relatório é o início da conversa, e não o seu fim. Deve alimentar a discussão política, que vai levar tempo.

EXEMPLO DE MULTINACIONAIS

Para ele, a criação de um tributo mínimo de 15% para multinacionais, que entrou em vigor este ano, é a prova de que é possível ter um também para indivíduos bilionários.

- Foram nove anos para o das multinacionais. Com a experiência que se acumulou, acho que há esperança de que levará menos do que esses nove anos, mas certamente mais do que nove meses -disse.

Zucman admite não ser fácil identificar os contribuintes a serem tributados. Mas afirma que metade do seu patrimônio está atrelado a ações listadas em Bolsa. Uma das alternativas para encontrá-los e saber o valor do seu patrimônio está em acrescentar a chamada propriedade beneficiária.

"Como a maior parte da riqueza dos bilionários está em ações de multinacionais, a mera inclusão de informações sobre propriedade beneficiária nos relatórios país por país (por exemplo, listar indivíduos

que possuem mais de 1% das ações) permitiria às autoridades fiscais capturar a maior parte de sua riqueza, facilitando a aplicação (da taxação)", diz o documento de Zucman. Esta seria uma forma de driblar as lacunas que ainda persistem na troca de informações entre os países.

Em conversa com jornalistas, ele insistiu que não se trata de criar um novo imposto sobre riqueza. Ele seria complementar. "Fundamentalmente, este imposto mínimo deve ser visto não como um imposto sobre a riqueza, mas como uma ferramenta para fortalecer o Imposto de Renda. Um bilionário que já paga o equivalente a 2% de sua riqueza em imposto (por exemplo, porque tem quantidade significativa de ganhos de capital ou ganha quantia significativa de dividendos diretamente) não teria nenhum imposto extra a pagar", diz no estudo também.

Para Zucman, o tributo não precisa do acordo de todos os países do mundo para vigorar, o que tampouco ocorreu com o das multinacionais (os EUA não são signatários), podendo funcionar em nações individualmente. E diz que o acordo pode prever que os países que aderirem podem criar o "imposto de saída", para tributar os contribuintes caso eles mudem seus ativos para nações que estão de fora. "Podem ser taxados por um número de anos" diz. A compensação beneficiaria os países que estão no acordo, convenceria outros a aderirem e dissuadiria a mudança de ativos de indivíduos por razões fiscais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Taxação a super-ricos pode render US\$ 250 bi por ano, diz Zucman

Marcelo Osakabe De São Paulo

O economista francês Gabriel Zucman revelou nesta terça-feira a proposta para um mecanismo de coordenação global que permita a taxação dos bilionários globais. Em seus cálculos, o imposto poderia levantar entre US\$ 200 bilhões e US\$ 250 bilhões por ano em **tributos**.

A ideia é assegurar uma taxação mínima de 2% sobre o estoque de riqueza deste grupo - ativos financeiros e reais, como imóveis e participações em companhias. Nas contas de Zucman, a alíquota média efetiva paga atualmente por este seleto grupo - cerca de 2,8 mil indivíduos em todo o mundo - gira em torno de 0,3%. Já a riqueza que concentram, em estimativa tirada da revista "Forbes", gira perto de US\$ 1,42 trilhão.

"A tributação progressiva é um pilar-chave das sociedades democráticas. Graças à pesquisas recentes, ficou claro que os sistemas atuais não conseguem taxar os indivíduos mais ricos de forma efetiva", afirma o documento.

A proposta de Zucman foi encomendada pela presidência do Brasil no G20. Em fevereiro, ele esteve em São Paulo para defender a ideia a ministros de Finanças do G20 a convite do Brasil, país que preside o grupo neste ano. O francês também deve apresentá-la no próximo encontro de ministros de Finanças que acontecerá no Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 26 de julho.

O modelo traz semelhanças com o imposto mínimo de 15% sobre lucros de multinacionais, iniciativa capitaneada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) com apoio G20 e que teve adesão de 130 países signatários-o Brasil é um deles, mas ainda precisa regulamentar o tema.

O mecanismo não substitui as regras tributárias locais, mas foi desenhado para fazer com que bilionários cujo pagamento de **impostos** não chegue a 2% de sua riqueza alcancem esse patamar.

"Por construção, o imposto seria aplicado sobre indivíduos que são, ao mesmo tempo, super-ricos e pouco tributados. Aqueles que já pagam mais de 2% não te-riam carga extra", diz o relatório. Nas estimativas apresentadas, caso a taxação também

alcance aqueles cujo patrimônio ultrapassou os US\$ 100 milhões, ela traria uma arrecadação adicional de US\$ 100 bilhões a US\$ 140 bilhões por ano.

Em termos práticos, o documento prevê que governos nacionais signatários adotem mecanismos já aplicados ou que existem na forma de proposta, como o imposto sobre renda presumida, o imposto sobre renda em sentido amplo ou imposto sobre riqueza. O primeiro presume que a renda anual dos bilionários é uma fração de sua riqueza e foi aplicado na Colômbia entre 1974 e 2021. O segundo tem sido defendido pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e amplia a noção de renda incluindo, por exemplo, ganhos de capital não realizados (ativos que se valorizaram mas ainda não foram vendidos).

Segundo Zucman, são dois os principais desafios para a implementação do acordo. O primeiro é a necessidade de melhorar identificação dos beneficiários dos ativos, assim como a transparência e a troca de informações entre autoridades nacionais. Mudanças em formulários de declaração tributária já existentes, como o Common Reporting Standard (CRS) precisariam ser feitos para incluir informações sobre riqueza e renda. Uma vez que o grosso da riqueza dos bilionários existe na forma de ações de companhias multinacionais, apenas a identificação no balanço daqueles que detêm participação superior a 1% em cada companhia aberta seria um grande avanço neste sentido, defende.

O segundo é a resistência de setores e fatores geopolíticos que podem dificultar uma participação "verdadeiramente global". Neste caso, o relatório discute algumas formas de contornar a questão, como a criação de um "cobrador de **impostos** de última instância", semelhante ao que foi adotado no projeto que criou o imposto mínimo sobre multinacionais. Sob este mecanismo, países que aderiram ao acordo coletariam se responsabilizariam por coletar os **tributos** destinados a países não signatários.

Aos críticos que argumentam que um imposto do tipo pode ser ruim para a economia mundial por agir como um desincentivo ao empreendedorismo e à acumulação de riqueza, o documento ressalta que a taxa média de retomo sobre o capital destes indivíduos ficou em 7,2% nas últimas quatro décadas. "Uma alíquota bem aplicada de 2% reduziria a taxa líquida

de retorno de 7,2% para 5,5%. Também não haveria preocupações sobre taxaÇÃO dupla, uma vez que o tributo foi pensado para garantir apenas o mínimo de 2%", argumenta.

Já a coordenação global para aplicar um nível comum de tarifa - inicialmente proposto em 2% - seria necessária para enfrentar outra crítica que costuma surgir em discussões do tipo, o de que esses bilionários se mudem de país para evitar as novas regras. Outros mecanismos também seriam fortalecidos, como o de aplicar uma "taxa de saída" para cidadãos que queiram mover suas fortunas para outros países.

Bilionários que pagam menos de 2% de tributo sobre fortuna teriam de pagar esse mínimo

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187912?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187912?page=1§ion=1)**

Empreiteiras aceitam, com ressalvas, revisão da leniência

Isadora Peron e Guilherme Pimenta De Brasília

As empreiteiras que negociam a revisão dos acordos de leniência fechados na esteira da Operação Lava-Jato decidiram aceitar a proposta do governo federal, mas apresentaram uma série de ressalvas, que ainda serão analisadas pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Como nem todas as empresas concordaram expressamente com os termos propostos, interlocutores do governo afirmam que ainda haverá uma avaliação sobre quais novos acordos vão prosperar.

O governo cobrou que as empreiteiras dessem uma resposta até segunda-feira, porque termina nesta quarta-feira (26) o prazo concedido pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), para que as partes chegassem a um entendimento.

A última oferta do governo foi uma redução de 50% no valor da multa das empresas. Esse "desconto" será dado a partir de um mecanismo chamado "prejuízo fiscal", que é previsto em lei e funciona como uma espécie de moeda de troca. Tratam-se de créditos que a empresa tem direito por ter antecipado o pagamento de **tributos** sobre um lucro que, no fim, não se concretizou.

Desde o início das negociações, essa possibilidade estava no horizonte, mas havia impasse em relação aos valores: as empresas queriam chegar ao montante máximo que prevê a legislação de 70%, e o governo havia estipulado o patamar de 30%.

O uso desses créditos para renegociação de dívidas, no entanto, é visto internamente pelo governo como uma medida excepcional, ou seja, que não deve ser adotada em qualquer caso.

Participam das negociações a Novonor (antiga Odebrecht), Andrade Gutierrez, Braskem, Camargo Corrêa, Nova Participações (antiga Engevix), Metha (antiga OAS) e UTC Engenharia. Hoje, os valores devidos pelas empresas ultrapassam os R\$ 8 bilhões.

O principal ponto de divergência é que o desconto será calculado com base no saldo restante dos acordos. O parâmetro é considerado injusto por

empresas que já pagaram uma parcela maior dos valores devidos, pois vai beneficiar o "mau pagador".

"Agente reconhece que foi feito o esforço máximo, de todas as partes. E o acordo que se chegou é o possível, apesar de não ser o ideal, para ambos os lados. Mas conciliação é isso", avaliou o advogado Marco Aurélio de Carvalho, que representa a Camargo Corrêa.

Segundo o Valor apurou, o governo tem sinalizado para as empreiteiras que essa é a última "janela de oportunidade" para revisar os acordos da Lava-Jato. Relatos apontam que a negociação foi tensa desde o início e enfrentou resistência da equipe econômica.

A possibilidade de os acordos serem repactuados foi aberta em fevereiro, por Mendonça. Ele é o relator de uma ação que questiona a validade dos pactos celebrados durante as investigações sobre os desvios na Petrobras, que atingiram não só a classe empresarial, mas os principais nomes da política nacional.

O primeiro prazo concedido pelo ministro encerrou em 26 de abril, mas como não foi possível chegar a um consenso, o governo pediu mais um tempo para que as discussões continuassem.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912?page=1§ion=1>

Protesto contra imposto deixa 5 mortos no Quênia

Gabriele Steinhauser e Nicholas Bariyo Dow Jones

A polícia do Quênia abriu fogo contra manifestantes, ontem, depois que uma multidão invadiu o Parlamento do país, onde legisladores debatiam uma série de aumentos de **impostos** para conter uma grave crise de dívida.

Grupos locais de ativistas e defensores dos direitos humanos disseram que ao menos cinco manifestantes e socorristas foram mortos e muitos ficaram feridos na capital, Nairóbi, que se tornou o centro de manifestações nacionais em grande parte pacíficas contra as medidas fiscais.

Imagens transmitidas pela Citizen TV do Quênia mostraram fumaça subindo de uma parte do Parlamento, onde a polícia com equipamento de choque patrulhava diante de janelas quebradas, e de outras partes do centro da capital. Mais tarde, A TV mostrou dezenas de legisladores saindo do Parlamento por um túnel, com alguns jogando água no rosto para aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo. O ministro da Defesa do Quênia disse que os militares foram chamados em resposta a uma "emergência de segurança causada por protestos violentos".

Os protestos começaram uma semana atrás em Nairóbi e desde então se espalharam pelo país de 54 milhões de habitantes. Elas são lideradas em sua maioria por jovens quenianos e muitas delas vêm sendo organizadas pelas redes sociais e manifestações transmitidas ao vivo pelo TikTok, Instagram e outras plataformas.

Os manifestantes exigem que o presidente William Ruto retire o projeto de lei que aumentaria **impostos**, argumentando que as medidas prejudicariam os quenianos que já sofrem com a alta de preços de bens essenciais do dia-a-dia.

Djae Aroni, que tem sido um crítico ferrenho do projeto de lei fiscal e participou dos protestos, disse que viu três manifestantes mortos e muitos feridos no distrito comercial de Nairóbi. "Eles tinham ferimentos de balas", afirmou.

Aroni disse que nos últimos dias vários críticos do projeto foram sequestrados de suas casas e outros estão agora em busca de locais seguros para escapar

de represálias das autoridades quenianas.

Embaixadores países ocidentais como EUA, Reino Unido e Alemanha, manifestaram preocupação com a violência, a repressão e relatos de sequestros de ativistas. "Observamos que a constituição do Quênia prevê direito de manifestações", disseram, em nota conjunta.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912?page=1§ion=1>

Senadores defendem cassinos

Pablo Rodrigo

Dois dos 3 senadores de Mato Grosso afirmaram que votarão favorável ao projeto de lei que legaliza os jogos de azar no país, como cassinos, jogo do bicho, apostas esportivas, bingos, jogos de habilidade e corridas de cavalos.

O polêmico projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na semana passada e deverá entrar em votação no Plenário da Casa.

Enquanto os senadores Jayme Campos (União) e Margareth Buzetti (PSD) concordam com a proposta, a senadora Rosana Martinelli (PL) prega cautela e diz que ainda estudará a proposta para definir o seu voto.

'Eu prefiro ainda não opinar. Acredito que ainda sofrerá alterações.

E nós precisamos de cautela porque o assunto é polêmico. Temos que ver se as apostas só serão permitidas com cartão de crédito e débito, porque assim dificulta a lavagem de dinheiro', justificou.

Buzetti afirma que sempre defendeu a regulamentação dos jogos de azar no país diante de medidas que coíbam a lavagem de dinheiro e o crime organizado nos jogos. 'O uso do cartão de crédito é fundamental nessas casas, porque assim fica difícil que estes empreendimentos sejam usados para lavagem de dinheiro', lembrou.

Para ela, a regulamentação dos cassinos, causará impacto no sistema financeiro do crime organizado, já que atualmente os cassinos clandestinos são tocados por facções criminosas. 'É preciso reconhecer isso e resolver o problema. Nós já regularizamos a loteria.

Agora é preciso avançar a legislação dos demais jogos. Eu sou favorável ao projeto', defendeu.

Campos, que votou favorável ao marco regulatório dos jogos na CCJ, disse que manterá o seu entendimento, e destacou que a regulamentação ajudará o Estado economicamente.

'O Brasil é um céu aberto de jogatina. E agora nós vamos regulamentar. Não tem mais volta. E podemos recolher esses recursos através dos impostos para aplicar em políticas públicas que voltarão aos cidadãos. E isso é importante', disse.

'Sem falar no turismo. Hoje no mundo inteiro existem pontos turísticos para jogos. E aqui não será diferente.

Vamos criar um mercado de empregos e de oportunidades', completou.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 14 a 12 votos, relatório sobre o Projeto de Lei 2.234/2022, que veio da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado, e tramita no Senado desde 2022.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Governo, MP e TJ criarão comitê para combater sonegação de impostos

O Governo de Sergipe, por meio das Secretarias de Estado da Fazenda (Sefaz), da Segurança Pública (SSP) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o Ministério Público Estadual (MPE) e o Poder Judiciário assinam nessa quarta-feira, 26, no Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), um convênio para criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). O objetivo é promover a atuação conjunta no combate à sonegação e crimes contra a ordem tributária, além de promover a recuperação de créditos fiscais para o estado.

O trabalho envolverá órgãos do Poder Executivo, do Judiciário e do Ministério Público, que atuarão de forma integrada, respeitando as atribuições legais e constitucionais de cada entidade. Eles terão o papel de propor medidas administrativas e judiciais, que permitam o aprimoramento de ações destinadas ao combate às fraudes fiscais e que tragam maior efetividade na recuperação de valores a receber por parte do Estado.

A força-tarefa fará uso de tecnologia para identificar sonegadores e mapear atividades criminosas relacionadas à prática de sonegação. Os órgãos atuarão ainda para identificar e apurar crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens e elaborar ações que ajudem a interromper atividades ilícitas praticadas contra a ordem econômica e tributária e medidas técnicas para melhorar a legislação.

Recuperação de créditos

Outro foco do comitê é a recuperação de valores que deixaram de entrar nos cofres públicos por conta das práticas de sonegação. Para isso serão aperfeiçoados os sistemas de controles dos processos administrativos fiscais, que são os instrumentos adotados pelo Estado para realizar a cobrança dos débitos, criando mecanismos de gestão com foco na eficiência da execução da dívida.

A Sefaz e a PGE promoverão mutirões com o objetivo de levantar os estoques de processos administrativos e judiciais para excluir da Dívida Ativa os créditos considerados prescritos e definir a ordem de prioridade para os processos que serão objeto de análise e investigação do Cira. O Tribunal de Justiça também organizará mutirões nas Varas de Fazenda Pública para garantir a execução dos processos que estão

com valores em atraso. A presidência do Comitê será de responsabilidade da secretária de Estado da Fazenda, do procurador-geral do Estado ou procurador-geral de Justiça, em sistema de rodízio de um ano, a partir da publicação do convênio. Nos próximos 90 dias, todos os órgãos integrantes do Comitê deverão ter acesso eletrônico às informações necessárias à realização do trabalho que compete a cada um, de modo que a sintonia entre eles possibilite rapidez e eficiência no cumprimento do seu objetivo.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6351&edicao=134181#page/1>

Banco Central sinaliza fim do ciclo de cortes

» ROSANA HESSEL

O Banco Central voltou a reforçar a preocupação com o quadro fiscal na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), referente à reunião realizada nos dias 18 e 19 deste mês, divulgada ontem.

Na quarta-feira passada o colegiado decidiu, por unanimidade, interromper o ciclo de redução da taxa básica da economia (Selic), iniciado em agosto de 2023. De acordo com a ata, o Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública "têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade". A projeção da taxa neutra passou de 4,5% para 4,75% ao ano, nível mais próximo das previsões do mercado, que gira em torno de 5%.

"O Comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária", destacou o documento, que apontou a importância de "políticas monetária e fiscal síncronas e contracíclicas" para garantir a estabilidade de preços. A ata elevou as projeções do Banco Central de inflação deste ano para 4%. Para 2025, as projeções do BC e do mercado estão entre e 3,4% e 3,8%, ambas acima do centro da meta, de 3%.

Na avaliação de Carlos Lopes, economista do Banco BV, a ata veio em linha com o comunicado da semana passada, com a ideia de sugerir cautela na condução da política monetária. Ele lembrou que houve duas novidades no texto que, além de elevar a taxa de juros neutra para 4,75%, houve uma revisão do hiato do produto, que é um indicador de produtividade, de negativo para neutro.

"Essas duas revisões vão na direção de sugerir cautela e reforçar a perspectiva que já tinha sido colocada ali no comunicado, que é de manter a taxa de juros parada até que se tenha convergência da inflação e das expectativas em direção à meta", afirmou.

De acordo com José Francisco de Lima Gonçalves,

economistacheefe do Banco Fator, a ata buscou reforçar o consenso entre os membros do Comitê, "reiterando cada ponto fundamental do regime de metas", como o papel fundamental das expectativas e de sua ancoragem, da consideração de reformas estruturais, da disciplina fiscal, do aumento de crédito direcionado e das incertezas sobre a estabilização da dívida pública. "O cenário mais provável para isso é a manutenção da Selic em 10,50% até meados de 2025, por conta do deslocamento do horizonte relevante", destacou.

Na abertura da feira de tecnologia bancária Febraban Tech, o presidente da Federação Brasileira de Bancos, Isaac Sidney, demonstrou otimismo com o mercado de crédito, mesmo com a sinalização do BC mantendo os juros básicos em 10,50% ao ano por um período mais prolongado.

Em entrevista a jornalistas, ontem, ele disse que a entidade prevê crescimento em torno de 10% do mercado de crédito neste ano.

"O Banco Central tem feito o seu trabalho de fazer com que nós consigamos manter a inflação na meta", disse Sidney ao elogiar a condução da política monetária.

Ao comentar sobre o fim do ciclo de corte da taxa Selic, o banqueiro disse ser possível que o Copom volte a reduzir os juros, mas como um freio de arrumação.

"Não foi uma decisão de encerramento possível, foi uma interrupção para análise dos cenários externo e interno. Esse freio de arrumação, por assim dizer, se mostrou necessário", afirmou.

Meta e mercados A meta de inflação de 2024 e dos próximos dois anos é de 3%, com teto limitado em 4,5%, conforme a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN). O colegiado, composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e do BC se reúne hoje para definir a meta de 2027 e confirmar as atuais. Após a decisão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará o decreto oficializando a decisão do CMN. Ontem, Lula recebeu o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, para discutir a nova meta. "Cabe ao poder democraticamente eleito estabelecer qual é a meta de inflação para a autoridade monetária, o Banco Central. Ao Banco Central cabe colocar a taxa de juros restritiva o suficiente pelo tempo que for necessário para se

atingir a meta que foi estabelecida", comentou Galípolo em videoconferência realizada pela Warren Consultoria.

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, opinou que o Copom foi coerente em sua ata. "Penso que a ata está muito aderente ao **comunicado**, o que é bom, e transmite a ideia de que está havendo interrupção para avaliar o cenário externo e interno para que o Copom fique à vontade para tomar decisões a partir de novos dados", disse Haddad.

"Ao Banco Central cabe colocar a taxa de juros restritiva o suficiente pelo tempo que for necessário para se atingir a meta que foi estabelecida" Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária do BC

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6109/25-06-2024.html?all=1>

Cotado para presidir o BC, Galípolo se reúne com Lula

Brasília - O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, esteve ontem no Palácio do Planalto para reunião fora da agenda com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O encontro tratou da meta de **inflação**. O Conselho Monetário Nacional (CMN) vai se reunir na quarta-feira (26) definir se mantém ou muda a meta. A expectativa é que o patamar seja mantido nos atuais 3%, com definição da meta contínua. A participação do diretor não estava prevista nem na agenda oficial de Lula, nem na de Galípolo. Ele foi visto deixando o Planalto e, questionado por jornalistas, não comentou se participou de encontro com o presidente. A informação foi confirmada pela assessoria de imprensa da Presidência.

inclusive já sondou o executivo sobre a possibilidade de ser ministro da Fazenda caso seja candidato e eleito presidente da República em 2026. Na semana, as críticas de Lula se intensificaram, após o Banco Central interromper as últimas reduções e manter a Selic em 10,50%.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Além de Lula e Haddad, estavam presentes o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, e a secre-tária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior. A meta de **inflação** para este ano é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, isto é, o limite inferior é 1,5% eo superior, 4,5%. Já as projeções oficiais do BC estão em 4% para 2024 e 3,4% para 2025. Atualmente, o foco do BC é no ano que vem para executar a missão de colocar a **inflação** na meta.

Mais cedo, Galípolo disse que a situação fiscal do país não será "muleta" para não perseguir a meta de **inflação**. A declaração foi dada em uma live da Warren Investimentos, pouco tempo depois de o BC divulgar a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da semana passada, que terminou com a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 10,5% ao ano com a unanimidade entre os nove diretores do BC, incluindo Campos Neto e Galípolo.

Galípolo é o principal cotado para assumir a presidência do Banco Central após o fim do mandato de Roberto Campos Neto, em dezembro deste ano. A futura indicação do presidente do BC será feita por Lula, que tem feito duras críticas à atuação de Campos Neto, que foi indicado pelo então presidente Jair Bolsonaro, no comando da instituição.

O petista tem dito que Campos Neto tem agido politicamente, principalmente depois que ele participou de evento com o governador bolsonarista de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que

Em ata, Copom reforça postura "vigilante" na definição da Selic

I CICERO COTRIM, FERNANDA TRISOTTO, MARIANA GUALTER e ANTONIO PEREZ

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reforçou o consenso do colegiado em torno de uma postura mais "vigilante" na administração da Selic e indicou que "eventuais ajustes futuros serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta". Em decisão unânime, o Copom interrompeu o ciclo de cortes e manteve a taxa básica de juros em 10,5%.

"O comitê avaliou que a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação, como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas", diz o texto, divulgado ontem pelo BC. Não há indicação ("guidance") para novas decisões, e isso foi frisado ontem pelo diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo (mais informações na pág. B2).

Na leitura do mercado, se o BC não trabalha neste momento com uma elevação da taxa, também não deixou nenhuma porta aberta para retomada dos cortes da Selic no curto prazo. "Não vejo possibilidade de queda, dado que seria necessário mudar as expectativas de inflação e melhorar o cenário à frente, com uma mudança fiscal significativa, que provavelmente não vai acontecer", disse o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

"É difícil imaginar que o BC terá espaço para muita mudança até o fim do ano." Segundo a ata, a projeção para o IPCA de 2024 está em 4% no cenário de referência. Na reunião de maio, o colegiado previa inflação de 3,8% neste ano, já acima do centro da meta, de 3%. Para 2025, a projeção é de 3,4%, também uma elevação em relação à estimativa divulgada no encontro de maio.

Nesse cenário, o BC aumentou sua estimativa para a chamada taxa de juros real neutra, de 4,5% para 4,75%, que estava estável desde meados do ano passado.

Juro neutro é um conceito utilizado para indicar que uma determinada taxa é adequada para estimular a economia sem gerar instabilidade na inflação ao longo do tempo.

Em relação ao quadro fiscal do País, o Copom afirmou que monitora "com atenção" como os desenvolvimentos recentes dos gastos do governo vão afetar a política monetária e ativos financeiros. "O comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros." As dúvidas sobre o quadro fiscal voltaram a pesar ontem no mercado de câmbio. Depois de dois dias consecutivos de queda, a moeda americana registrou alta de 1,19%, cotada a R\$ 5,45. Só em junho, a valorização chega a 3,88%. "O mercado se pergunta se o governo terá disposição para cortar os gastos", disse o economistachefe do PicPay, Marco Caruso.

Novo cenário

Banco Central aumentou de 4,5% para 4,75% estimativa para taxa de juros real neutra

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Galípolo diz que não há sinalização sobre o rumo futuro dos juros

FERNANDA TRISOTTO E CÍCERO COTRIM

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem que o fato de a ata da reunião da semana passada do Comitê de Política Monetária (Copom) ter usado o termo "interrupção" do ciclo de corte da Selic não significa qualquer sinalização ou indicação futura do colegiado.

"A palavra que usamos é interrupção, mas claramente não queremos fazer nenhum "guidance" à frente. Usamos a palavra interrupção, mas vamos deixar aberto para ver como as coisas vão se desdobrar", disse Galípolo, em debate promovido pela Warren Investimentos, ao ser questionado se o ciclo de corte de juros havia sido interrompido ou encerrado.

Segundo ele, a autoridade monetária precisa ter segurança de que os juros estão em patamar restritivo o suficiente para a convergência da inflação às metas.

"A função do BC não é ser tomador de risco, é ser mais cauteloso e ter alguma segurança de que a taxa de juros está no patamar restritivo o suficiente para colocar a inflação na meta", disse.

Galípolo lembrou que, desde o Copom de maio, quando houve a divisão nos votos do colegiado, vinha dizendo que o tempo jogaria a favor do BC e que não havia divergências internas sobre o diagnóstico de cenário. "A ata (divulgada ontem) é uma reafirmação e corroboração nesse sentido, da coesão que temos aqui dentro." "PAZ DE ESPÍRITO". Segundo ele, o consenso é importante porque a chance de os nove membros do Copom errarem é menor do que a de um diretor errar sozinho.

Mas disse considerar importante que cada um vote de forma coerente com o que acredita, para que o consenso "não vire um escudo" para evitar críticas.

"Quando eu entrar numa reunião do Copom pensando que vou fazer isso ou aquilo com receio de ouvir críticas de A ou de B, eu vou começar a empilhar decisões equivocadas e vou ter muita dificuldade", disse Galípolo, visto no mercado como possível sucessor de Roberto Campos Neto no comando do BC. O mandato de Campos Neto termina em dezembro. "Ser criticado ou não ser criticado não é uma opção, a gente não controla isso. A única coisa

que a gente controla é ter a coerência para poder ter paz de espírito e fazer aquilo que a gente realmente acredita."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Como o BC prevê 2026? - FÁBIO ALVES

FÁBIO ALVES

Fábio Alves COLUNISTA DO BROADCAST

Quando manteve os juros inalterados em 10,50% na última reunião, o Copom avisou que estava interrompendo - e não encerrando - o ciclo de afrouxamento monetário, o que deixou analistas em suspense sobre a possibilidade de a taxa Selic voltar a cair ainda neste ano ou, provavelmente, em algum momento de 2025.

O Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), que será divulgado amanhã, dará pistas cruciais ao mercado sobre qual o próximo movimento do Copom, quando abandonar a pausa em curso na política monetária.

Conforme o último **comunicado**, as projeções de **inflação** do Copom em seu cenário de referência (que leva em conta as estimativas do mercado para a trajetória de juros e de câmbio na pesquisa Focus) foram de 4%, em 2024, e de 3,4% em 2025.

No câmbio, a cotação do dólar tomada como referência foi de R\$ 5,30. Nos juros, a pesquisa Focus previa a Selic a 10,50% ao fim deste ano, caindo para 9,50% ao fim de 2025. Ou seja, por esse cenário a **inflação** do ano que vem ficaria ainda muito distante da meta de 3%.

Mas o Copom apresentou um cenário alternativo, no qual a taxa Selic ficaria parada em 10,50% ao longo do horizonte relevante da política monetária.

Nesse caso, a projeção do Copom aponta para uma **inflação** de 3,1% em 2025, o que seria bastante aceitável para o mercado. Como a política monetária opera com defasagem de 12 a 18 meses para surtir efeito integralmente, em meados do ano que vem o foco do BC já não seria 2025, mas o que acontecerá com a **inflação** em 2026.

Com a Selic parada, o risco passa a ser de a **inflação** de 2026 ficar até abaixo da meta perseguida pelo BC, dependendo de como se comportará o câmbio.

Acontece que muitos analistas dizem que a cotação do dólar que o Copom tomou como referência já está defasada. A moeda americana está oscilando próximo a R\$ 5,40. E se, com a piora do risco fiscal e com um cenário externo adverso, o dólar não recuar mais?

Por outro lado, se a confiança com o arcabouço fiscal

for recuperada e o câmbio se apreciar, as expectativas inflacionárias - em 3,85% para 2025 - devem ceder. A dúvida é como o Copom vai incorporar isso nos seus modelos de projeções variáveis tão voláteis num ambiente doméstico e externo incerto.

É aí que entra o RTI. No documento, o mercado vai poder entender a sensibilidade das projeções do Copom ao câmbio e às expectativas de **inflação** no horizonte relevante.

No RTI, o BC vai incluir, pela primeira vez, a estimativa de **inflação** para todo o ano de 2026. E, assim, ajustar as apostas de uma eventual retomada de corte de juros.

O próximo Relatório Trimestral de **Inflação** será chave para entender os novos movimentos do Copom

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad fala em "interrupção" de corte da Selic

AMANDA PUPO BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reforçou a ideia que o colegiado promoveu uma "interrupção" - e não encerramento - do ciclo de cortes dos juros para poder avaliar os cenários externo e interno e tomar decisões a partir de novos dados. Em reunião na semana passada, o colegiado manteve a Selic em 10,5%, em uma decisão unânime.

"Eu dei uma passada de olho, agora pela manhã (ontem cedo), e penso que a ata está muito aderente ao **comunicado** (divulgado depois da reunião da semana passada), não tem nada de muito diferente do **comunicado**, o que é bom, e transmite a ideia de que está havendo uma interrupção para avaliar o cenário externo e interno para que o Copom fique à vontade para tomar decisões a partir de novos dados", disse Haddad.

Questionado sobre a mensagem do Copom de que eventuais ajustes futuros na Selic serão ditados pelo "firme compromisso de convergência da **inflação** à meta", e se isso não significaria que o BC pode elevar o patamar de juros, o ministro deu ênfase à interpretação de "interrupção" do ciclo de cortes.

"Eventuais ajustes, se forem necessários, sempre vão acontecer, né? O que é importante frisar é que a diretoria fala em interrupção do ciclo, me parece que essa é uma diferença importante a ser salientada", repetiu.

Haddad avaliou que a "pequena pressão inflacionária" gerada pelos efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul afeta os preços no curto prazo, enquanto o horizonte considerado pelo Banco Central é o de médio e longo prazos. Por isso, na avaliação do ministro, não haveria "sentido" a política monetária considerar o que acontece no Estado.

"O horizonte do BC é de médio e longo prazo. Não faz muito sentido levar em consideração o que está acontecendo em função do Rio Grande do Sul para fins de política monetária, porque o juro de hoje está afetando 12, 18 meses para frente", respondeu Haddad.

Efeito Haddad diz que "interrupção" de cortes serve para BC "avaliar cenário externo e interno"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula dá aval a sistema de meta contínua de inflação

SOFIA AGUIAR BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu sinal verde a decreto que altera o regime de meta de inflação anual para o modelo de meta contínua a partir de 2025, com alvo em 3%, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A medida deve ser publicada hoje em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

O aval de Lula ao novo modelo ocorreu em reunião com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e a ministra interina da Casa Civil, Miriam Belchior, ontem à tarde no Palácio do Planalto. O encontro também contou com a presença do diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, que não constava na agenda de Lula.

A ideia é de que o decreto seja publicado antes da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) programada para a tarde de hoje, a fim de que o colegiado possa fixar a meta de inflação em 3%. O CMN é formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento (Simone Tebet) e pelo presidente do Banco Central (Roberto Campos Neto). Tradicionalmente, suas decisões são divulgadas depois das 18h.

Em junho do ano passado, Haddad anunciou que publicaria o decreto, mas isso não foi feito até o momento. Se a nova regulamentação da meta contínua não for publicada até a reunião do CMN, o conselho precisará definir a meta de inflação anual para 2027.

No começo de junho, o ministro da Fazenda confirmou que o decreto instituindo a meta contínua seria conhecido até o fim deste mês. A informação havia sido adiantada ao Estadão/ Broadcast pelo secretário de Política Econômica da Fazenda, Guilherme Mello.

Prazo Expectativa é de que decreto que muda regime de metas seja publicado hoje no "Diário Oficial"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juros não vão recuar tão cedo

THAÍS BARCELLOS, LUANA REIS, BERNARDO LIMA,
KAROLINI BANDEIRA E SÉRGIO ROXO

ATA DO COPOM

A taxa básica de juros do país não deve cair tão cedo, devido à deterioração observada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC). Este citou o cenário externo adverso e a atividade econômica mais forte na ata de sua última reunião, nos dias 18 e 19, quando decidiu interromper o ciclo de queda da Selic, mantendo-a em 10,5% ao ano. O documento, divulgado ontem, reafirmou também a necessidade de se manter uma "política fiscal crível".

A ata, reforçando o **comunicado** divulgado após a reunião, afirma que "a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação, como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. O Comitê se manterá vigilante e relembra, como usual, que eventuais ajustes futuros na taxa de juros serão ditados pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta." A meta de **inflação** para este ano é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo - ou seja, um piso de 1,5% e um teto de 4,5%. As projeções oficiais do BC estão em 4% para este ano e 3,4% para 2025. Atualmente, o foco do BC é colocar a **inflação** na meta no ano que vem.

Diante de um cenário mais desafiador, o colegiado introduziu um cenário alternativo para a **inflação** que considera que a Selic fique estável até o fim de 2025. Nesse caso, a projeção de **inflação** do BC para o ano que vem fica em 3,1%, próximo do centro da metade 3,0%.

POLÍTICA CONTRACIONISTA

"Em sua conclusão, o Comitê avalia que o cenário prospectivo de **inflação** se tornou mais desafiador, com o aumento das projeções de **inflação** de médio prazo", explica a ata. "Ao fim, concluiu-se unanimemente pela necessidade de uma política monetária mais contracionista e mais cautelosa, de modo a reforçar a dinâmica desinflacionária." Na semana passada, o Copom manteve a Taxa Selic em 10,5% ao ano, interrompendo o ciclo de corte dos juros, após sete quedas consecutivas. A decisão foi unânime, colocando lado a lado o presidente do BC, Roberto Campos Neto, considerado um "adversário" pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Gabriel

Galípolo, visto como o favorito do petista para o cargo em 2025.

Na reunião anterior, em maio, o racha entre os quatro diretores indicados por Lula e os cinco oriundos do governo anterior teve impacto negativo na Bolsa e no dólar.

A decisão de interromper o ciclo de queda deveu-se, segundo a ata, à incerteza em relação tanto ao cenário global, principal mente sobre os juros dos Estados Unidos, e ao doméstico, com uma atividade econômica mais aquecida que o esperado e expectativas de **inflação** acima da meta de 3%. Atualmente, o Boletim Focus projeta que o IPCA, usado na meta, deve terminar este ano em 3,98%, 2025 em 3,85% e 2026 em 3,60%.

O Copom cita ainda a incerteza sobre os efeitos econômicos da tragédia no Rio Grande do Sul sobre a economia.

Após a divulgação da ata do Copom, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "não faz sentido" considerar os efeitos econômicos das enchentes no estado para formular política monetária, ele afirma que os impactos são de curto prazo: -Eu acredito que tem uma pressão, uma pequena pressão inflacionária ali em função do que aconteceu no Rio Grande do Sul. Essa é uma **inflação** que afeta o curto prazo. O horizonte do Banco Central é de médio ao longo prazo - disse Haddad. - Não faz muito sentido levar em consideração o que está acontecendo em função do Rio Grande do Sul para a frente de política monetária, porque os juros de hoje estão afetando 12,18 meses para a frente.

CAUTELA DO BC

Também ontem, Galípolo afirmou, em live de uma gestora, que a situação fiscal do país não será "muleta" para não perseguir a meta de **inflação**: - Como diretor de Política Monetária, tento evitar comentar a política fiscal. O Banco Central, como autoridade monetária, vai a todo momento reafirmar com ações e na comunicação a sua função e reação dos efeitos da política fiscal, tanto nas expectativas quanto na **inflação** corrente, e, de maneira alguma, irá utilizar o fiscal para que isso seja algum tipo de muleta para que você não persiga a meta de **inflação**. O Banco Central tem as ferramentas para atingir a meta e irá utilizá-las.

As críticas de Lula ao patamar dos juros são habitualmente criticadas por analistas de mercado, que argumentam que a deterioração do cenário fiscal é que impede a queda da Selic. O dólar bateu R\$ 5,43 quando ele falou, para depois encerrar a R\$ 5,45 (leia mais na página 16).

Na ata, o Copom "reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de **inflação** e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária." Galípolo disse ainda que, com a interrupção nos cortes de juros, o objetivo é ver como "as coisas vão se desdobrar". Segundo ele, o BC não pode assumir riscos em relação à **inflação**: - A função é não ser tomador de risco, é ser mais cauteloso e ter alguma segurança de que a taxa de juros está em um patamar restritivo o suficiente para colocar a **inflação** na meta.

Para Haddad, foi importante indicar a interrupção no ciclo de corte de juros: - Eventuais ajustes, se forem necessários, sempre vão acontecer, né? O que é importante frisar é que a diretoria fala numa interrupção do ciclo (de cortes), e me parece que essa é uma diferença importante a se salientar.

MUDANÇA NA META

Haddad e Galípolo se reuniram ontem com Lula, que deu aval para que a meta de **inflação** seja alterada com um novo prazo de referência. O ano calendário, que vigora hoje, será substituído pela meta contínua, na qual vai se analisando continuamente se a **inflação** está dentro do parâmetro definido. Decidida no ano passado, a mudança agora recebeu a anuência de Lula.

A participação de Galípolo na reunião não constava nas agendas oficiais, nem dele nem de Lula.

A Secretaria de Política Econômica deve divulgar hoje uma nota técnica sobre a mudança na meta. Em seguida, o Conselho Monetário Nacional (CMN) irá se reunir para definir a meta de **inflação**, que deve ser de 3%.

O CMN é formado por Haddad, Campos Neto e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet.

"De maneira alguma, (o BC) irá utilizar o fiscal para que isso seja algum tipo de muleta para não perseguir a meta" Gabriel Galípolo, diretor de Política Econômica do Banco Central

"A diretoria fala numa interrupção do ciclo (de cortes), e me parece que essa é uma diferença importante"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar tem valorização de 1,16%, a R\$ 5,45

LUANA REIS luana.rets@oglobo.com.br

O dólar comercial encerrou ontem em alta de 1,16%, a R\$ 5,45, próximo da máxima do dia e em linha com a valorização da moeda no exterior. Foi um dia negativo para Bolsas e moedas de países emergentes, com o real apresentando o pior desempenho entre seus pares, segundo a Bloomberg. Na véspera, divisa havia fechado abaixo de R\$ 5,40.

A moeda americana teve valorização global ontem, após declarações de duas diretoras do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Michelle Bowman disse que ainda vê muitos riscos para a **inflação** nos Estados Unidos e que, em sua opinião, ainda não está na hora de começar a reduzir os juros. Já Lisa Cook afirmou que os preços devem permanecer praticamente inalterados até o fim do ano.

-Ou seja, ainda há incerteza sobre a decisão de política monetária nos Estados Unidos, e sabemos que as decisões de juros por lá são muito importantes para várias economias, incluindo a brasileira, então isso acabou pesando no humor dos mercados -avalia Rodolfo Margato, economista daXP Investimentos.

ATRAÇÃO DE INVESTIDORES

Para Gustavo Okuyama, gerente de portfólio da Porto Asset Management, houve um "contágio de sensação de risco": - O mercado tinha a expectativa de que os países desenvolvidos passassem por um ciclo de queda de juros até o fim do ano. Alguns até já começaram, mas outros, como os Estados Unidos, estão postergando, então fica esse receio de como a política monetária está se transmitindo para a **inflação**.

Juros mais altos nos Estados Unidos atraem investimentos do mundo inteiro, pelo fato de a economia americana ser considerada um "porto seguro" para aplicações financeiras. Isso reduz o fluxo de dólares para países emergentes, como o Brasil, e pressiona a cotação do dólar frente ao real. O cenário externo adverso, inclusive, é um dos fatores que têm sido citados pelo Banco Central em seu balanço de riscos para a economia local.

No início do ano, o mercado previa que o Fed iria começar a reduzir sua taxa básica de juros em março. Agora, a expectativa é que os juros sejam mantidos no atual patamar (entre 5,25% e 5,5%) pelo menos até o fim do ano.

No mercado acionário, o Ibovespa recuou 0,25%, aos 122.331 pontos.

Os juros futuros fecharam em alta. Os contratos com vencimento em janeiro de 2025 subiram de 10,54% para 10,56%, os com vencimento em janeiro de 2026 avançaram de 11,10% para 11,11%, e os com vencimento em janeiro de 2027 fecharam em 11,48%, ante 11,47% no último fechamento. Os juros futuros com vencimento em janeiro de 2029 subiram para 11,91%, ante 11,86% na sessão anterior.

PREOCUPAÇÃO FISCAL

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e a participação do diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, na live de uma gestora reforçaram a expectativa de que a Selic ainda permanecerá no atual patamar, de 10,50%, por algum tempo, avalia Di-ego Costa, gerente de Câmbio para o Norte e Nordeste da B T Câmbio.

-Ainda há muita preocupação sobre a evolução das contas fiscais, observamos o aumento expressivo de despesas, e isso pressiona o total dos gastos públicos, o que pode gerar alguns temores sobre a sustentabilidade do arcabouço fiscal ao longo do tempo -diz Margato.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em ata, Copom tenta mostrar união em torno de Selic parada

Victor Rezende, Gabriel Roca, Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De São Paulo e Brasília \ (Colaborou Guilherme Pimenta)

Os ruídos observados após a divisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deram espaço a uma unidade na decisão de junho, como mostrou a ata da reunião divulgada ontem. A coesão no colegiado em torno de uma interrupção no ciclo de flexibilização da Selic se mostrou tanto na decisão quanto no diagnóstico acerca dos motivos que levaram a essa ação. O comitê buscou reforçar a expectativa de que a política seguirá contracionista por "tempo suficiente", ao avaliar que a economia opera sem capacidade ociosa e com juros de equilíbrio mais altos.

Na semana passada, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 10,50% ao ano e "interromper" o ciclo de queda de juros iniciado em agosto de 2023. De acordo com a ata, os membros do colegiado consideraram "unanimemente" que há necessidade de "uma política monetária mais contracionista e mais cautelosa, de modo a reforçar a dinâmica desinflacionária".

"Foi uma ata bem coerente com a decisão tomada, com elementos mais "hawk" [duros] e elementos menos "hawk". É algo compatível com a manutenção da Selic em 10,5% e com a sinalização de interrupção no ciclo de queda de juros e que procura trazer, acima de qualquer coisa, a visão de unanimidade na tomada de decisão", afirma o economista-chefe da Brasilprev, Robson Pereira, ao notar que as palavras "unânime" e "unanimidade" aparecem, em conjunto, em quatro parágrafos importantes do documento.

"De um modo geral, a ata é bem compatível com a sinalização de interrupção do ciclo, e não de encerramento, a nosso ver", afirma Pereira. O cenário básico da Brasilprev contempla uma retomada nos cortes de juros em dezembro, com a Selic caminhando para 9% no próximo ano.

"Se não for em dezembro, será no começo do ano que vem, e não tem nada a ver com a nova composição do Copom. Alguns elementos podem dar maior conforto para o BC", diz Pereira, ao citar o nível muito contracionista da política monetária; o fato de, em interrupções anteriores de ciclo, o BC ter demorado em torno de três a quatro reuniões para voltar a agir; a

menor incerteza com a divulgação dos parâmetros para a meta de **inflação** contínua; uma menor incerteza sobre quem substituirá Roberto Campos Neto no comando do BC; e indicações mais claras sobre o ciclo de flexibilização monetária nos Estados Unidos.

"O BC ficou em um ponto intermediário entre a indicação de "manter" o juro parado e o de fazer uma pausa. Não nos parece que seja a intenção do BC encerrar o ciclo, mas tudo irá depender da evolução do cenário", diz Pereira.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também deu ênfase ao uso da palavra "interrupção" pela autoridade monetária. Logo após a publicação do documento, Haddad afirmou que a ata está "muito aderente ao **comunicado**, o que é bom" e "transmite uma ideia de que está havendo uma interrupção [no corte de juros] para avaliar o cenário interno e externo para o Copom ficar à vontade de tomar decisões a partir de novos dados".

O cenário da Brasilprev contrasta com a visão consensual de economistas de mercado, que veem a Selic parada em 10,5% ao menos até o fim deste ano, de acordo com o Boletim Focus divulgado na segunda-feira. Já o cenário precificado pelo mercado, que embute altas na Selic na curva de juros neste ano e no próximo, não foi sancionado pelo Copom, que, na ata, não mostrou nenhuma indicação mais clara sobre possíveis elevações na Selic à frente.

Na visão da equipe de economistas do Santander, liderada pela ex-secretária do Tesouro Ana Paula Vescovi, "o Copom não está buscando apenas estabelecer um sarrafo elevado para aumentar a taxa de juros, mas também para reduzi-la ainda mais". O banco manteve sua projeção para a Selic em 10% no fim do ano, ou seja, com duas reduções de 0,25 ponto percentual no fim deste ano, "mas sublinhamos um viés de alta significativo na nossa projeção, dadas as últimas comunicações do comitê".

De acordo com a economista-chefe da Tenax Capital, Débora Nogueira, a ata veio neutra em relação ao texto do **comunicado** da semana passada e o colegiado optou por trazer uma mensagem de "interrupção" do ciclo de cortes. Para ela, o termo contribui para a ideia de que a régua para o Copom

voltar a elevar o juro básico ainda neste ano é bastante alta.

"A principal mensagem é que esse BC muito dificilmente irá subir juros neste ano. E o mercado colocou prêmio que o BC atual ainda poderia reagir se estivéssemos em um ambiente de **inflação** mais alta ou de piora adicional do câmbio. Com a interrupção, ele sinaliza que não é este o caminho. Óbvio que, a depender da desordem, ele poderia subir os juros, mas a barra parece bem alta", avalia a economista.

Alguns fatores ao longo da ata chamaram a atenção do mercado, como a classificação do Copom de que o hiato do produto, que mede a ociosidade da economia, está em torno da neutralidade; a elevação do juro neutro, aquele que não estimula nem contrai a economia, de 4,5% para 4,75% em termos reais; e as discussões em torno do balanço de riscos, que continuou simétrico, mas houve um debate sobre um cenário de viés de alta para as projeções.

Nos cálculos da Tenax, ao simular o modelo de **inflação** da autoridade monetária, o IPCA de 2025 ficaria em 3,4%. "Mas eu não tinha na conta que ele iria mudar o juro neutro e revisar o hiato. Ele mexeu nas duas coisas e, mesmo assim, a **inflação** veio em linha com o que eu esperava. É preciso esperar o Relatório de **Inflação** para mais esclarecimentos, mas parece que houve algumas escolhas do colegiado para o lado mais "dovish" [suave], no sentido que a barra está mais alta para uma elevação da Selic", diz.

Em seu cenário-base, a Tenax espera a manutenção da taxa de juros no nível atual, de 10,5%, até o fim de 2025. "Nossa opinião é de que esse prêmio de altas na Selic na parte curta da curva de juros será dissipado, mas os desafios para o médio prazo estão postos", diz.

O cenário se assemelha ao do J.P. Morgan, que também projeta a Selic em 10,5% ao menos até o fim do próximo ano. Na visão dos economistas Cassiana Fernandez e Vinícius Moreira, a ata soou mais "hawkish" (conservadora) que o **comunicado** diante dessas mudanças feitas pelo Copom. Eles, porém, ressaltam a "notável ausência de um debate sobre aumento da taxa de juros por qualquer um dos membros do comitê". Para o J.P. Morgan, esse é um sinal de que o Copom tentou não sancionar a precificação de mercado.

Fernandez e Moreira observam que o Copom prevê um crescimento econômico mais forte que o esperado neste ano, diante de um hiato do produto próximo da neutralidade neste momento. "Além disso, o BC reforçou que, embora a **inflação** não tenha divergido significativamente das projeções, a parte (persistente)

dos serviços no IPCA deverá ganhar mais importância dado o fim da desinflação nos preços de alimentos e bens", apontam os economistas.

"Não nos parece que seja a intenção do BC encerrar o ciclo, mas tudo irá depender da evolução do cenário" Robson Pereira

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912>

Decreto de meta contínua sai após reunião de Lula com Galípolo

Jéssica Sant'Ana, Renan Truffi, Fabio Murakawa e Sérgio Tauhata De Brasil ia e São Paulo

O governo decidiu publicar hoje, após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), o decreto que estabelece a meta contínua de **inflação** em 3% a partir de 2025, conforme anunciado há um ano. A decisão foi tomada ontem em reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Miriam Belchior (Casa Civil, substituta).

Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do Banco Central (BC), também participou da reunião. Ele é o mais cotado para ser indicado por Lula como novo presidente do BC. O mandato de Roberto Campos Neto acaba em dezembro. O Valor apurou que Campos Neto não foi convidado para a reunião. Procurado, o BC não respondeu. A ministra Simone Tebet (Planejamento) estava no Supremo Tribunal Federal, mas já havia tratado do assunto com Haddad.

Na regra atual, o CMN se reúne anualmente para estabelecer a meta de **inflação** do terceiro ano subsequente. Pela nova sistemática, a meta será contínua e o conselho não precisará mais decidir cada ano. A decisão será ratificada pelo colegiado composto pelo presidente do BC e pelos ministros Haddad e Tebet.

Pela manhã, Galípolo participou de evento on-line promovido pela Warren Investimentos. O diretor buscou reforçar a ideia de que a autoridade está unida em torno do diagnóstico sobre a **inflação** e os rumos da política monetária. O diligente do BC ressaltou que a ata e o **comunicado** da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) "representam plenamente o que está na minha cabeça". No encontro realizado entre 18 e 19 deste mês, o colegiado decidiu, por unanimidade, interromper o ciclo de corte e manter a taxa básica em 10,50%.

O diretor do BC reconheceu o impacto negativo do dissenso da penúltima reunião. "Se for pensar do ponto de vista de efeito, a reunião [de maio] em que um pedaço do Copom votou pelo corte de 25 pontos-base e outro pelo corte de 50 pontos, no fim do dia, foi como se não tivesse cortado nem 25 nem 50, mas como se tivesse subido a taxa, porque [o resultado]

tornou o ambiente mais restritivo." Galípolo, porém, voltou a reafirmar não haver divisão no BC. "A partir do Copom retrasado, passei a falar que o tempo iria jogar a favor do BC e a aparente divergência não era divergência de diagnóstico." O diretor disse haver "uma dissonância que vem se aprofundando" entre os comportamentos da **inflação** e das expectativas. Para ele, "cabe ao BC colocar a taxa de juro no patamar restritivo suficiente para atingir a meta de **inflação**".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912>

Copom defende mais sintonia da política fiscal

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central não (BC) foi explícito sobre por que adotou uma postura "vigilante"- palavra usada para avisar que vê riscos no caminho que poderão levá-lo a uma alta de juros -, mas tudo indica que a falta de sintonia da política fiscal está no centro das suas preocupações.

O desarranjo das contas públicas aparece várias vezes na ata e explica uma boa parte da piora dos elementos que levaram a uma manutenção dos juros básicos em 10,50% ao ano e para a conclusão de que é preciso uma política monetária "mais contracionista e mais cautelosa".

Por enquanto, isso se traduz na manutenção dos juros em 2025, mas a palavra "vigilante" indica o risco de ter que subir a Selic, se houver deterioração adicional.

O Copom, nas suas decisões, faz uma revisão do que aconteceu desde a sua reunião anterior, em particular em cinco fatores: atividade econômica, projeções de inflação, expectativas de inflação, balanço de riscos para a inflação e cenário externo. A situação fiscal aparece de forma importante em vários desses fatores. É o caso, por exemplo, da atividade econômica.

Nos seus debates, quando discute o que aconteceu mais recentemente na atividade, o BC diz que as surpresas se concentraram no consumo e investimento e foram causadas "primordialmente pelo mercado de trabalho, benefícios sociais e pagamentos de precatórios". Ou seja, dois dos vetores em destaque estão na política fiscal.

O comitê dá, em outro trecho da ata, um outro recado importante, ao sugerir indiretamente que há descompasso entre a política monetária contracionista e a política fiscal expansionista. "Políticas monetária e fiscal síncronas e contra-cíclicas contribuem para assegurar a estabilidade de preços e, sem prejuízo de seu objetivo fundamental, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego", diz a ata.

O efeito da política fiscal na atividade econômica aparece de novo nas discussões sobre a capacidade ociosa da economia e a taxa de juros neutra, ou seja,

o nível de juros reais mínimo necessário para desacelerar a economia. O Copom elevou de 4,5% para 4,75% a sua estimativa de taxa neutra real. "Nas variações de curto prazo, costuma-se enfatizar movimentos de produtividade ou resultados fiscais, que impactam a poupança doméstica", diz a ata, citando de novo o fiscal.

É um juro real alto, mas alguns membros desconfiam que ele não esteja tendo o efeito esperado. Nas discussões, alguns membros "expressaram o receio que o hiato do produto continue mostrando resiliência" à política monetária.

Na ata, o Copom também cita o aumento das projeções de inflação, apesar de elas usarem uma trajetória para a taxa Selic mais alta. A taxa neutra mais elevada e a revisão sobre o nível de ociosidade são fatores que têm influência nas projeções. O Copom também cita os impactos da política fiscal nos preços de ativos financeiros. A cotação do dólar usada na projeção e inflação subiu de R\$ 5,15 para R\$ 5,30 entre as últimas reuniões do colegiado.

Quando fala do cenário externo, que diz se manter adverso, o Copom sustenta que na situação atual de menor liquidez "há potencialmente maior diferenciação entre os ativos, aumentando, relativamente, a demanda pelos mais seguros ou com os melhores fundamentos".

Por fim, as expectativas de inflação do mercado financeiro também pioraram, apresentando desancoragem adicional. Em versões anteriores da ata, o Copom mencionou vários fatores que levaram à maior desancoragem, entre eles, questionamentos à credibilidade do próprio Banco Central, a política fiscal e o cenário externo. Apesar de não repetir todos esses fatores, eles continuam implicitamente nos cálculos do BC, que diz que fará o que for necessário para estancar a desancoragem das expectativas, seja lá qual for sua causa.

O recado geral - incluindo todas as alas do Copom - é que a política monetária não ficará passiva à política fiscal, e vai fazer o ajuste que vier a ser necessário para colocar a inflação na meta.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912>

Dólar vai a R\$ 5,45 com exterior e incerteza local

Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

A apreciação do dólar no exterior e a persistência das incertezas fiscais internas voltaram a pressionar o real ontem, com efeitos negativos nos juros longos e na bolsa. O movimento ocorreu mesmo após o Comitê de Política Monetária (Copom) mostrar coesão na ata de sua última reunião e sinalizar que deve manter a Selic parada na faixa dos 10,5% por algum tempo.

O dólar subiu 1,16%, a R\$ 5,4534, e o índice DXY avançava 0,15%, aos 105,626 pontos, no fim da tarde. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2029 subiu de 11,85% para 11,915%, enquanto o Ibovespa caiu 0,25%, aos 122.331 pontos.

Em dia de dólar forte no exterior, diante de incertezas sobre a trajetória dos juros nos EUA, a ausência de medidas de contenção de gastos pelo governo e temores de maiores despesas ainda maiores no Plano Safra, pressionaram real e juros longos na sessão.

As incertezas envolvendo a evolução da dívida pública brasileira devem continuar a exercer pressão na moeda ao longo deste ano e talvez até em um horizonte mais distante, dizem economistas do Wells Fargo, que projetam o dólar a R\$ 5,50 até o fim de 2024. "As preocupações fiscais se intensificaram e é pouco provável que se dissipem num futuro próximo", afirmam.

O banco americano espera que o Banco Central mantenha seu ciclo de afrouxamento interrompido, o que pode mudar no ano que vem com as indicações do governo para o BC. Em tese, os economistas não veem a redução da Selic como algo que necessariamente contribuiria para um real mais fraco. "Mas, se os mercados questionarem a independência do BC, a depreciação do real poderá persistir no médio e longo prazo", dizem.

Há, no entanto, quem enxergue espaço para uma reversão do movimento. Ricardo Cará Monteiro, gestor de fundos líquidos da EQI Asset, diz ter iniciado posições táticas vendidas em dólar contra o real. "Não é uma posição estrutural porque ainda há ruídos, mas a depender da melhora do ambiente local posso rever isso", diz.

"Vejo três razões para essa aposta: posicionamento técnico melhor, uma vez que a indústria de fundos está mais desalavancada; o dólar entre R\$ 5,45 e R\$ 5,50 parece ter assimetria favorável; e o cenário externo, uma vez que estamos vendo o índice de surpresas caindo nos EUA, o que indica números mais fracos do que o esperado." Ainda de acordo com Monteiro, a economia americana, em especial o consumo e a **inflação**, tem mostrado desaceleração após pico no começo do ano. "Ainda é um movimento gradual, mas se a discussão de corte de juros pelo Fed amadurecer e o corte vier em setembro ou novembro, teremos um ambiente mais positivo para os mercados em geral e também para o câmbio, com dólar mais fraco globalmente", explica. "Por aqui, com juros elevados e sem cortes poderemos ter um novo ciclo de dólar fraco", complementa.

Priscila Araújo, gestora de renda variável da 03 Capital, avalia que o cenário externo ficou menos incerto, com viés levemente mais construtivo para ativos de riscos caso os dados de atividade dos EUA não pioressem muito. "Mas o cenário local está muito difícil. A foto não é ruim, com economia surpreendendo e **inflação** controlada. A grande questão é o filme, por conta das incertezas fiscais. O câmbio depreciado pode impactar a **inflação**, enquanto os juros mais altos e a confiança em baixa tendem a afetar a atividade", afirma.

A executiva acrescenta que mesmo as sinalizações tidas como positivas pelo mercado, como os discursos recentes do banco central, indicam que as taxas ficarão mais altas por mais tempo, o que limita o fluxo para a bolsa. "Para vislumbrar uma alta mais fundamentada, talvez seja preciso o Fed cortar mais que o previsto lá fora e o governo apresentar algum plano de contingenciamento crível", diz.

11,915% é a taxa do contrato de DI para janeiro de 2029

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912>

Bancos destacam ganhos com uso de IA

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro De São Paulo

Os CEOs dos grandes bancos brasileiros deixaram claro que a inteligência artificial generativa (GenAI) já é uma realidade e deve provocar uma revolução na indústria. Segundo eles, por enquanto, a tecnologia ainda é mais utilizada nos bastidores, ajudando a aumentar a eficiência e a gerar reduções de gastos, mas deve chegar à linha de frente, nas interações com o cliente.

Os executivos se reuniram ontem para participar do Febraban Tech, maior evento de tecnologia do setor. Na ocasião, a questão do uso ético e da possibilidade de regulação da GenAI também esteve presente nos discursos.

O CEO do Bradesco, Marcelo Noronha, destacou que o banco está vivendo uma transformação grande e "implodiu" suas áreas de produtos. "Isso para que a gente possa ser muito mais proativo e ter uma visão "cross" [cruzada] do cliente.

A gente não conseguiria ter essa visão se tivéssemos as áreas de produto como no passado." De acordo com ele, a visão sobre o cliente está cada vez mais integrada. Noronha afirmou que há desafios para utilização adequada da inteligência artificial generativa, mas que a tecnologia vai ao encontro daquilo que a instituição vislumbra para o futuro da relação com o cliente. "Daqui a um ano, o salto que a gente vai dar no uso da IA generativa é impressionante. Em dois anos, ainda mais." O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou que a inteligência artificial não é apenas uma ferramenta tecnológica, mas uma força "capaz de redefinir e mudar negócios, empregos e a própria maneira como interagimos com o mundo". Por isso, acrescentou, "é imperativo" que seja utilizada de maneira ética. Durante a abertura do evento, Sidney destacou que, apesar das oportunidades, é "evidente" que a implementação da IA traz desafios complexos. "Por isso, a responsabilidade recai sobre os nossos ombros para assegurar que a IA seja desenvolvida e aplicada com rigor científico. A confiança dos nossos clientes e a integridade dos nossos processos dependem disso." O CEO do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, disse que o processo de regulação da inteligência artificial é esperado em todo o mundo. "A inovação sempre vem à frente da regulação." Para o executivo, a IA vai permitir que a instituição atue ainda mais de forma preventiva, não reativa. "Podemos tomar decisões antes que o evento aconteça." O

presidente da Caixa, Carlos Vieira, destacou que a tecnologia traz transformações velozes ao setor e as discussões sobre ética nesses processos são fundamentais. Ele afirmou que o regulador está acompanhando essas mudanças.

Vieira deu ainda exemplos do uso de IA pelo banco. De acordo com ele, nos últimos 30 dias, a Caixa conseguiu fazer 3,2 milhões de atendimentos de programas sociais no Rio Grande do Sul porque usou a tecnologia. O executivo disse ainda que o banco utilizou IA na elaboração de dossiê de crédito imobiliário e reduziu o prazo de 3 dias para 3 horas. "Isso gera uma economia de R\$ 1 milhão por dia." Sobre o cenário macro, Noronha afirmou que não tem "perdido o sono" com a transição de comando no Banco Central. "Confio que o BC e a Fazenda vão procurar fazer a melhor transição possível", afirmou após o painel. Em relação à ata do Copom, divulgada ontem, ele disse que o documento não trouxe tantas novidades em relação ao **comunicado**, exceto pela mudança no cálculo da taxa neutra de juros. Questionado se acredita haver chance de aumento da Selic no curto prazo, disse que não trabalha com essa perspectiva. "Não parece ser a vontade do BC." Noronha também afirmou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem trabalhado intensamente pelo equilíbrio fiscal. "Acredito que a Fazenda e o Planejamento conseguirão fazer um orçamento adequado", comentou, destacando que o relator da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) acenou com a possibilidade de trabalhar na desvinculação de receitas e despesas, o que é importante para dar mais flexibilidade ao Orçamento. O presidente do Bradesco disse não estar tão pessimista quanto o resto do mercado em relação aos rumos do país. "Acho que Brasil está em um caminho razoável, de equilíbrio, estamos segurando um pouco mais a taxa de juros", afirmou, ressaltando que a previsão do banco para o **PIB** este ano é mais próxima de 2%.

O CEO do Santander, Mario Leão disse, no palco, que os mercados "têm estado mais nervosos e voláteis nos últimos meses" e que há mais desafios do que há seis ou 12 meses. Assim, acrescentou, o momento é de os bancos ficarem ainda mais atentos ao que ocorre no mundo. "Os bancos têm buscado ter papel de contribuição, de estarem próximos do governo".

"A responsabilidade recai sobre os nossos ombros para assegurar que a IA seja aplicada com rigor científico" Isaac Sidney

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912>

"Pior momento da bolsa já passou e podemos ter reversão"

Liane Thedim Do Rio

Com saldo estrangeiro negativo em cerca de R\$ 40 bilhões no ano, a bolsa brasileira chegou a um ponto em que vai oscilar numa faixa entre 120 mil e 130 mil pontos até acontecer o gatilho necessário para atrair investidores. A previsão é de Rogério Poppe, CEO da ARX Investimentos, que acredita que o momento de saídas expressivas de investidores externos já passou. "Quem tinha que tirar dinheiro tirou e a queda hoje está mais limitada do que há um ano e meio. A tendência é ter fluxo mais zerado, sem muito impacto sobre preço." Para ele, o próximo movimento relevante no mercado acionário será o retorno desses recursos. No entanto, afirma, não há como saber se a recuperação acontece ainda neste ano ou se vai ficar para 2025. Isso porque Poppe vê como gatilhos a Selic abaixo de 10%, a percepção de menor risco fiscal e a melhora do cenário externo. Diante da piora do cenário nas últimas semanas, os analistas passaram a prever a taxa básica no patamar atual de 10,5% no fim do ano, ou seja, a interrupção nos cortes da Selic, iniciada na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), continuaria ao menos até o fim do ano. "Precisamos de um quadro institucional menos incerto para começar a ver a volta dos investidores." Poppe tem uma visão menos negativa das contas do governo. "A posição do Brasil não é tão crítica se comparada a outros países com déficit fiscal porque o país se beneficiou da alta nos preços das commodities no pós-pandemia".

Segundo o CEO da ARX, os agentes econômicos "colocaram muito peso no fiscal", mas o esforço para aumentar arrecadação no curto prazo trouxe insegurança às empresas. "O presidente Lula entendeu isso e está tentando arbitrar entre as demandas do ministro Fernando Haddad, que precisa entregar um déficit menor, e as reclamações de empresários por um ambiente mais estável para investir." Ele diz que a discussão sobre crescimento econômico acabou muito pautada pela necessidade de reduzir os juros rapidamente e, para isso acontecer, diminuir o déficit fiscal. "Mas importa muito menos para as empresas que o juro caia para 9% do que sinalizar que nos próximos cinco a dez anos vai ter menos déficit fiscal." Poppe vê chance de a queda de braço entre mercado e governo ter chegado ao auge com a recente discussão em torno da MP do PIS-Cofins e "agora talvez todo mundo recue, sente e converse." O

grande ponto, portanto, para a recuperação da bolsa vir mais rapidamente ou só em 2025, afirma, é agora o governo conseguir sinalizar um arcabouço fiscal mais crível a longo prazo, que fale de gastos e receita ao mesmo tempo. Além disso, ressalta o executivo, há o agravante da força da economia americana, liderada pelo movimento da Inteligência Artificial, que têm atraído muitos recursos. "É algo que drena recursos de emergentes como um todo, não só Brasil, e ajuda a justificar nossa bolsa num patamar tão baixo." De acordo com Poppe, o Brasil poderia ter aproveitado mais o momento positivo global pós-pandemia, com a adoção de políticas expansionistas, mas teve que levantar muito rapidamente os estímulos por causa do avanço da **inflação**. "Os governos foram tirando os incentivos de forma lenta. Se olhar os últimos dois anos ainda há política fiscal expansionista nos governos." Além disso, não se beneficiou da reorganização das cadeias de produção, com o "nearshoring" o "friendshoring".

A ARX prevê recuperação da economia brasileira, mas vem aumentando a parcela de ações mais expostas a ciclos domésticos lentamente por conta das incertezas. No momento, a carteira está mais defensiva do que sua média histórica. "A migração já começou, mas muito gradualmente porque não esperamos recuperação no curto prazo", explica.

Poppe - que também é o gestor responsável pela estratégia de renda variável da asset, controlada pelo grupo global BNY Mellon - afirma que o patamar de preço atual dos papéis justifica essas compras. Segundo relatório especial da gestora feito para os 25 anos do fundo ARX Income, as ações na B3 estão baratas: a relação preço/lucro está atualmente em 7,8 vezes, o que representa um desconto de 27% em relação à média de 10,8 do período de 2006 até agora.

Também em relação aos emergentes, os preços dos papéis está baixo, com desconto de 36% atualmente, bem superior à média de 7,3% no mesmo período. "Estamos acumulando ações com preço interessante. Temos tendência de olhar o longo prazo, dois, três anos, período em que podemos ter ganhos relevantes."

"Precisamos de um quadro institucional menos incerto para começar a ver a volta dos investidores" Rogério Poppe

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187912>

Ata mira inflação e dólar avança

Brasília - A ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central divulgada ontem reafirmou que "política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação". Por isso o colegiado monitora "com atenção" como desenvolvimentos recentes da política fiscal podem afetar a política monetária. Com a divulgação do documento, o dólar teve um dia de valorização, chegando a R\$ 5,4544, alta de 1,19%. Em avaliação unânime o Copom destacou a perseguição da reancoragem das expectativas de inflação. A última taxa de IPCA divulgada pelo IBGE marcou 3,93% em 12 meses. O indicador oficial está acima do centro da meta de 3%, mas abaixo do limite, que é de 4,5%.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

BC defende atuação "firme" para conter a inflação

A ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, divulgada ontem (25), reafirmou que o controle das estimativas de **inflação**, que estão em alta, requer uma "atuação firme" da autoridade monetária, e acrescentou que se manterá "vigilante". Além disso, avaliou que "eventuais ajustes futuros" na taxa de juros, com possíveis aumentos na Selic, "serão ditados pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta".

Em tom cauteloso, o documento informou que a "a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente, em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação, como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas".

Embora não tenha mencionado diretamente a possibilidade de aumento de juros, a ata ressaltou que eventuais ajustes futuros na Selic serão ditados pelo "firme compromisso de convergência da **inflação** à meta". "Ao fim, concluiu-se unanimemente pela necessidade de uma política monetária mais contracionista e mais cautelosa, de modo a reforçar a dinâmica desinflacionária".

Tensão

A informação consta na ata da última reunião do Copom, ocorrida na semana passada. Naquele momento, por unanimidade, a instituição votou por interromper o ciclo de corte dos juros básicos da economia - que vinha desde agosto do ano passado. A taxa Selic foi mantida em 10,50% ao ano.

A decisão do Copom foi tomada em meio ao fogo cerrado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - que subiu o tom das críticas ao tamanho da taxa de juros nos últimos dias. A instituição diz que seu papel, na fixação da taxa de juros, é técnico, e busca conter a **inflação**.

Ministro

Ao repercutir a ata da reunião do Copom, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que o documento reforça a interrupção, não o fim definitivo dos cortes de juros. "Dei uma passada de olho agora pela manhã e penso que a ata está muito aderente ao **comunicado**, não tem nada de muito diferente do **comunicado**, o que é bom", declarou. "A ata transmite uma ideia de

que está havendo uma interrupção (no ciclo de cortes da Selic) para avaliar os cenários externo e interno", acrescentou.

Haddad disse que o documento enfatiza a pausa nos cortes, para uma tomada de decisões com base em novos dados da economia.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/ykgll/#p=1>

Governo federal aceita abater estoque da dívida com ativos

■ GABRIEL FERREIRA BORGES

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD), e o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegaram a um consenso para a proposta de renegociação da dívida dos Estados com a União. Após um impasse que se arrastou ao longo das últimas semanas, o senador anunciou ontem que o Ministério da Fazenda acatou a sua sugestão para receber ativos dos Estados para abater a dívida já consolidada (o estoque) com a União.

A inclusão de contrapartidas para abater o estoque da dívida dos Estados era até então a principal aresta entre Pacheco e o governo Lula. Enquanto o presidente do Congresso Nacional defendia a federalização de ativos, como estatais, recebíveis e crédito? judiciais, para reduzir a dívida já consolidada dos Estados, o Palácio do Planalto queria a federalização apenas para reduzir o indexador, que, hoje, é formado pelo IPCA - a **inflação** oficial -, mais uma taxa de juros de 4%.

EXPECTATIVA. De acordo com Pacheco, resta agora apenas o aval de Lula. "Havendo essa concordância, preciso reconhecer o enorme esforço do Poder Executivo e do próprio presidente Lula na solução deste problema federativo dos Estados endividados. Então, nos próximos dias, (teremos) a apresentação do projeto de lei complementar (ao Senado) e espero antes do recesso aprová-lo, enviando-o à Câmara", projetou o presidente do Congresso Nacional.

O anúncio foi feito por Pacheco em coletiva à imprensa após uma reunião com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, na Residência Oficial do Senado. Nem Padilha, nem Durigan participaram da coletiva. A equipe de O TEMPO procurou tanto o Ministério das Relações Institucionais quanto o Ministério da Fazenda, mas, até a conclusão desta reportagem, não havia sido respondida.

A decisão do Palácio do Planalto ao acatar as contrapartidas para abater o estoque da dívida foi um recuo em relação à última quinta-feira, quando o ministro Padilha foi taxativo ao dizer que a proposta para renegociar a dívida com a União não mexeria no passivo já consolidado dos Estados. "Mexer no

estoque significa impactos no (déficit) primário, e o governo não vai abrir mão de todo o esforço que nós estamos fazendo por responsabilidade fiscal e para colocar em dia as contas públicas", afirmou.

JUROS. Além da federalização de ativos para abater o estoque da dívida dos Estados, a proposta inclui a redução da taxa de juros de 4%, entre 2025 e 2030, desde que os valores economizados sejam investidos em educação, infraestrutura e segurança pública, como já havia adiantado Padilha.

A princípio batizado de "Juros pela Educação", o programa do governo federal, quando anunciado, vinculava a queda dos juros somente a investimentos no ensino técnico profissionalizante, o que não havia agradado aos governadores.

-

'Desconto-prêmio' Ministro rejeita dar desconto para pagamento à vista

Embora tenha cedido ao incluir alterações no estoque, o governo Lula vetou outra sugestão de Pacheco, a de dar um desconto adicional em caso de pagamento à vista da dívida, como com a transferência de ativos. Caso pagasse, por exemplo, R\$ 1 do valor global da dívida. Minas teria um desconto de R\$ 0,50 sobre o restante do estoque. De acordo com cálculos divulgados pela equipe do senador, a federalização de Cemig, Copasa e Codemig, somada ao desconto adicional, reduziria a dívida de Minas de R\$ 165 bilhões para R\$ 45 bilhões.

Segundo o presidente do Congresso, a Fazenda justificou que o desconto-prêmio impactaria diretamente o déficit primário da União. "Mas ela substituiu essa ideia por um prêmio em relação aos juros, ou seja, aqueles Estados que derem os seus ativos como pagamento para a União terão um prêmio de uma redução do indexador de juros. Acaba ficando algo parecido com aquilo que nós havíamos proposto, mas com outro modelo", apontou. A ideia original do governo Lula previa a redução de 1 ponto percentual dos juros se a federalização de ativos chegasse a 20% da dívida.

O desconto adicional era defendido pelo governador Romeu Zema (Novo). Em exclusiva a O TEMPO na

última semana, ele argumentou que um desconto sobre o estoque total de uma dívida quando há uma amortização à vista é "muito natural" em qualquer negociação.

Prorrogação Pacheco admite novo pedido ao Supremo

O senador Rodrigo Pacheco (PSD) admitiu a possibilidade de ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para estender mais uma vez o prazo para que Minas volte a pagar a dívida com a União. A data-limite, já duas vezes prorrogada desde dezembro de 2023, se encerra em 20 de julho.

Para Pacheco, o envio da proposta para repactuar a dívida poderia ser um "fato novo" para uma prorrogação. "Mas, como ainda não venceu o prazo, vamos trabalhar sempre com a possibilidade concreta de dar uma solução antes de findar o prazo", emendou.

A expectativa é que a proposta chegue ao Senado depois de ser apresentada aos governadores - Romeu Zema (Novo) será recebido hoje por Pacheco - e ter o aval de Lula.

TEXTO. Como já mostrou O TEMPO. Pacheco quer que a proposta seja encaminhada ao Congresso em caráter terminativo - ela não seria analisada pelo plenário da Câmara dos Deputados e pelo Senado. Caberia apenas a uma comissão permanente de cada uma das Casas analisar o texto, que, se for aprovado, será levado diretamente para a sanção de Lula.

Após Senado e Câmara, o texto ainda passaria pelo crivo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

"Havendo essa concordância, preciso reconhecer o enorme esforço do Executivo e do próprio presidente Lula na solução deste problema federativo dos Estados endividados." Rodrigo Pacheco PRESIDENTE DO SENADO

"(Recorrerão Supremo para prorrogar data para que Minas volte a ter que pagar a dívida) acaba sendo (um caminho). Eu admito a possibilidade, mas, como ainda não venceu o prazo, vamos trabalhar sempre com a possibilidade concreta de dar uma solução antes de findar o prazo." Rodrigo Pacheco PRESIDENTE DO CONGRESSO

Valor

R\$ 165 bi é o valor atual da dívida de Minas com o governo federal

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Haddad elogia a ata do Copom após BC paralisar corte de juros

■ MANUEL MARÇA. (Thaísa Oliveira e Nathalia Garcia/Folhapress)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, elogiou a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada ontem pelo Banco Central (BC). Para Haddad, a diretoria do colegiado sinalizou que há uma pausa no ciclo de cortes da taxa Selic para que a autoridade monetária do país possa "avaliar o cenário interno e externo".

"Eu penso que a ata está muito aderente ao **comunicado**. Nada de muito diferente do **comunicado**, o que é bom. E transmite a ideia de que está havendo uma interrupção (do ciclo de cortes da Selic) para avaliar o cenário interno e externo, para que o Copom fique à vontade para tomar decisões, a partir de novos dados", afirmou o ministro a jornalistas ao chegar ontem à sede do Ministério da Fazenda.

"O que é importante frisar é que a diretoria fala em interrupção do ciclo, e me parece uma diferença importante a ser salientada", reforçou Haddad, dando a entender que a ata do Copom não afirma que poderá haver aumento na Selic futuramente.

Na ata divulgada, o Comitê de Política Monetária reforçou que "a combinação entre cenário global incerto, resiliência da atividade doméstica, aumento das suas projeções de **inflação** e desancoragem das expectativas" demanda "maior cautela".

"A política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação, como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas", afirma também a ata do colegiado.

O BC decidiu, de forma unânime, interromper o ciclo de cortes da **inflação** oficial na última reunião do Copom. A manutenção do patamar em 10,5% marca uma pausa após sete quedas consecutivas na Selic.

A decisão do colegiado irritou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na semana passada, o petista voltou a subir o tom de críticas ao presidente do BC, Roberto Campos Neto.

O presidente também não poupou artilharia na autonomia do Banco Central. Lula, no entanto, ignorou

o fato de quatro diretores indicados pelo governo terem votado pela interrupção de cortes na Selic.

inflação. Ainda em conversa com jornalistas ontem, o ministro da Fazenda disse que a "pressão inflacionária" registrada recentemente tem a ver, sim, com os "efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul", mas que isso não deve ser levado em conta na política monetária. Conforme explicou Haddad, as decisões do Banco Central miram projeções para o longo e o médio prazo.

"Essa é uma **inflação** que afeta o curto prazo. O horizonte do Banco Central é de médio e longo prazos. Não faz muito sentido levar em consideração o que está acontecendo em função do Rio Grande do Sul para fins de política monetária. Porque o juro de hoje está afetando 12, 18 meses para a frente. Quanto à questão do Rio Grande do Sul, todos nós estamos trabalhando para que ela seja superada", salientou Haddad.

Diretor de Política Monetária

Coesão de visões dos membros do BC é reafirmada, diz Galípolo

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo afirmou ontem que a ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, mostra que os membros do colegiado estão afinadas em suas avaliações.

"Essa ata já é uma reafirmação e incorporação nesse sentido da coesão que a gente tem aqui dentro, de visões e leituras sobre o que está acontecendo aqui dentro do BC", disse Galípolo, em videoconferência promovida pela Warren Investimentos, duas horas depois da divulgação do documento do BC.

Galípolo defendeu que o consenso é importante porque a chance de os nove membros do Copom errarem é menor do que de um diretor errar sozinho. Mesmo assim, disse considerar importante que cada um dos membros vote de forma coerente com o que acredita e que o consenso "não vire um escudo" para evitar críticas.

Na quarta-feira da semana passada, o Copom interrompeu o ciclo de cortes de juros e manteve a

taxa básica, a Selic, em 10,5% ao ano, com o voto de Galípolo alinhado ao atual chefe do BC, Roberto Campos Neto, considerado um "adversário político" pelo presidente Lula (PT).

Apesar de votar no Copom pela interrupção da queda dos juros - diferentemente do que queria o governo Lula, Galípolo manteve o favoritismo na disputa pela presidência do BC.

Aos 42 anos, Galípolo foi um dos conselheiros de Lula na campanha presidencial de 2022 e atuou como número 2 do ministro Fernando Haddad (Fazenda). Ele segue tendo canal direto com o chefe do Executivo desde que deixou o cargo de secretário executivo e assumiu o posto no BC.

Ele também comentou que, ao utilizar a palavra "interrupção" do ciclo de corte de juros, o colegiado do BC não quer fazer qualquer sinalização ou indicação para sua atuação futura, deixando em aberto para "ver como as coisas vão se desdobrar a partir de agora".

PEC no Senado Ofensiva por autonomia financeira

Assessores e técnicos do Banco Central têm percorrido gabinetes no Senado para pedir apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a autonomia da instituição. A medida é defendida pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, cujo mandato termina em dezembro.

A ofensiva pela aprovação da PEC ocorre em meio à mobilização de uma ala dos servidores contrária à mudança de autarquia para empresa pública e à resistência de senadores governistas. Apesar de ter autonomia assegurada em lei desde 2021, a autoridade monetária não tem poder sobre o próprio orçamento.

A partir da PEC, a autoridade monetária do país passaria de autarquia especial para empresa pública de natureza especial, o que daria maior autonomia financeira, como ocorre no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Um assessor afirma, de forma reservada, que o BC deu início à agenda de visitas no início do mês, após a divulgação do relatório, para garantir que as sugestões feitas por membros da instituição tivessem sido incorporadas pelo relator, senador Plínio Valério (PSDB-AM).

Texto destaca necessidade de 'política fiscal comprometida'

Quanto à questão fiscal, a ata do Copom repetiu a mensagem já embutida no comunicado de que "uma

política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida" contribui para manter a inflação sob controle.

Acrescentou ainda que políticas fiscal e monetária em sincronia ajudam a garantir a estabilidade de preços.

No documento divulgado ontem, o Copom utilizou quatro vezes a palavra "unanimemente", reforçando a estratégia de mostrar o alinhamento dos membros do colegiado. Houve, contudo, divergência na discussão sobre o balanço de riscos para inflação e sobre a dinâmica da inflação de alimentos.

"A ala está muito aderente ao comunicado. Nada de muito diferente, o que é bom. E transmite a ideia de que está havendo uma interrupção para avaliar o cenário interno e externo." Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

O desafio de preservar o FGTS - SECOVI

SECOVI

O STF (Supremo Tribunal Federal) acatou a proposta da Advocacia Geral da União (AGU) e decidiu manter a remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) reajustada pela TR (Taxa Referencial) mais 3%, estabelecendo a obrigação de que a remuneração total não fique abaixo da inflação (IPCA).

Para o Secovi-SP, a decisão - que vale para depósitos futuros - preserva as operações de financiamentos e empréstimos realizadas pelo **FGTS**.

Se, por um lado, a decisão do STF garantiu sustentabilidade no financiamento do setor de construção civil e imobiliária, de outro há inúmeras preocupações decorrentes de medidas exógenas ao seu funcionamento.

Além da função previdenciária e de, entre outros pontos, amparar o trabalhador em situações como demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves, enquanto isso não ocorre, o **FGTS** também tem finalidade social, por meio do direcionamento de seus recursos para saneamento básico, habitação e infraestrutura.

Entretanto, esta função é comprometida com medidas como o **saque-aniversário**, que permite utilizar dinheiro do Fundo para compras, viagens etc., com o que o trabalhador está consumindo sua garantia futura. Este é o ponto a ser considerado pelos brasileiros. Para a maioria das pessoas, por sorte, o amanhã vai acontecer. É prudencial contar com o Fundo para enfrentar adversidades, bem como adquirir um lar para morar, em especial pelas famílias de menor renda.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>